

Identidade, Cultura Política e Políticas Públicas: Saberes e Práticas Interdisciplinares

Organizadores:

Edson Romário Monteiro Paniagua

Sara de Sousa Fernandes Epitácio

Danilo Pedro Jovino



MINISTÉRIO DA
CULTURA



I Fórum Permanente de Cultura Brasileira da UNIPAMPA- Campus São

Borja 2017/2018

Livro: Identidade, Cultura Política e Políticas Públicas: Saberes e Práticas Interdisciplinares.

Ficha Técnica

Reitor: Marco Antônio Fontoura Hansen

Vice-Reitor: Maurício Aires Vieira

Diretor Campus São Borja: Ronaldo Bernardino Colvero

Coordenador Acadêmico: Muriel Pinto

Coordenador Administrativo: Luis André Padilha

Comissão de Ensino:

Coordenador do Curso de Ciências Humanas: Nola Gamalho

Coordenador do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política: Edson Paniagua

Coordenador do Curso de Jornalismo: Marco Bonito

Coordenadora do Curso de Relações Públicas: Carmen Abreu

Coordenador do Curso de Publicidade Propaganda: João Antônio

Gomes Coordenador do Curso de Serviço Social: José Wesley Ferreira

Mestrado em Comunicação e Indústria Criativa: Vivian

Belochio Mestrado em Políticas Públicas: Angela Quintanilha
Gomes

Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar (EPIVI):

Cesar Beras

Especialização em Metodologia: Carmen Nogueira

Representante Docente: Cesar Beras

Representante Discente: Ewerton Ferreira

Diretório Acadêmico de Ciências Humanas

Diretório Acadêmico de Jornalismo

Diretório Acadêmico de Publicidade e Propaganda

Diretório Acadêmico de Relações Públicas

Comissão de Organização e Processamento Técnico da Emenda Parlamentar

(COPTep)

Muriel Pinto - Coordenador Acadêmico

Luis André Padilha - Coordenador Administrativo

Gustavo de Carvalho Luiz - Coordenador Técnico

Cesar Beras - Representante docente na Comissão de Ensino

Bolsistas do Fórum:

Gabriel Bolzan

Luana Espíndola

Recursos destinados por emenda parlamentar da Deputada Federal Maria do Rosário

Recursos operacionalizados junto ao Ministério da Cultura (MINC) - Governo Federal

Identidade, Cultura Política

e Políticas Públicas: Saberes e Práticas Interdisciplinares

2018

“Os autores de cada capítulo respondem individualmente e são totalmente responsáveis pelo respectivo conteúdo publicado”.

© Dos autores - Todos os direitos reservados - 2018

Produção Gráfica e Impressão:
PolImpressos - (49) 3554.2430



CNPJ 13.448.301/0001-24 – OSCIP: 08071.003994/2015-89

Sede: Rua Marechal Deodoro, nº 377, Anexo Cajuja – Centro. CEP 96300-000 - Jaguarão/RS - Brasil
www.claec.org – contato@claec.org – Telefone: (49) 984229343

Editor-chefe: Bel. Bruno César Alves Marcelino - Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura e Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil

Editores-Assistentes: Lic. Agnaldo Mesquita de Lima Junior, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura e Universidade Federal do Rio Grande, Brasil; Bela, Amanda Basilio Santos, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura e Universidade Federal de Pelotas, Brasil; Lic. Rocheli Regina Predebon Silveira, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura e Universidade Federal de Santa Maria, Brasil; Bel. Ronaldo Silva, Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura e Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil;

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán, Universidad Veracruzana, México
Dra. Denise Rosana da Silva Moraes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
Dr. Djalma Thürler, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Dr. Daniel Levine, University of Michigan, Estados Unidos
Dr. Fabricio Pereira da Silva, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Dr. José Serafim Bertajato, Universidade de Cuiabá, Brasil
Dra. Marie Laure Geoffroy, Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França
Dra. Ludmila de Lima Brandão, Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil
Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo, Universidad de Guadalajara, México
Dra. Sandra Catalina Valdettaro, Universidad Nacional de Rosario, Argentina
Dra. Susana Dominzain, Universidad de la República, Uruguai
Dra. Suzana Ferreira Paulino, Faculdade Integrada de Pernambuco, Brasil
Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo, Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

I19 Identidade, cultura política e políticas públicas: saberes e práticas interdisciplinares / organizadores Edson Romário Monteiro Paniagua, Sara de Sousa Fernandes Epitácio e Danilo Pedro Jovino. – Jaguarão, RS: CLAEAC, 2018. 152p.

ISBN: 978-85-93548-09-3

1. Cultura 2. Identidade social 3. Cultura política 4. Política pública I. Paniagua, Edson Romário Monteiro II. Epitácio, Sara de Sousa Fernandes III. Jovino, Danilo Pedro

CDU: 316.7

Bibliotecária: Dilva Carvalho Marques – CRB-10/583

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
Apresentação	9
PAMPA E IDEÁRIO GAÚCHO: leitura a partir do conceito de paisagem <i>Victor da Silva Oliveira e Nola Patrícia Gamalho</i>	11
Do romance ao filme, “Neto Perde a sua Alma”, o barqueiro Tabajara Ruas na vega nas franjas da história, da memória e da identidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul <i>Edson Romario Monteiro Paniagua, Ronaldo Bernadino Colvero e Sandro Silva</i>	26
AS VOZES DA FRONTEIRA: São Borja, a Ponte da Integração e a UNIPAMPA. <i>Daniel Etcheverry</i>	41
CULTURA E IDEOLOGIA: A ditadura civil-militar e alguns de seus reflexos na democracia brasileira. <i>Camila de Almeida Silva</i>	57
ASPECTOS CULTURAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: Uma análise a partir da literatura da área e de pesquisa empírica. <i>Gerson de Lima Oliveira</i>	70
CULTURA POLÍTICA E IDENTIDADE RELIGIOSA: aportes sociológicos	

sobre a inserção evangélica na política. *Rafael Bruno Gonçalves*.....80

ENTRE FANTOCHES E TUIUTIS: cultura política popular e a conjuntura pós-impeachment. *Jonivan de Sá*95

SAÚDE DA FAMÍLIA: percepção dos usuários do esf3 sobre o atendimento prestado à comunidade. *Renan F da Silva Carvalho; Angela Quintanilha Gomes*...107

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: estudo de caso sobre o município de Nova Esperança/PR. *Gustavo de Carvalho Luiz; David Lorenzi Júnior*.....1

22

POLÍTICAS EDUCACIONAIS EMERGENTES: as ações do PET História da África da Unipampa. *Muriel Pinto; Anderson Pereira Córrea; Edegar Rivieira de Almeida Filho*.....140

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 7

PREFÁCIO

Talvez o maior de todos os paradoxos da política resida no fato de ser justamente no plano da igualdade democrática, das relações reversíveis por ela instaurada, em torno da determinação das coisas comuns a todos, que se instale necessariamente a controvérsia.

[...]

A dinâmica política do Estado baseia-se sobretudo em trabalhar sobre essas desigualdades sempre novamente produzidas pelo desenvolvimento histórico da sociedade e, também por isso, a política é “invenção continuada” (FURTADO, 2008, p. 20).

As palavras de Furtado, muito nos revelam sobre a obra ora apresentada. A materialização de uma “invenção continuada” verte de suas páginas, povoadas de distintos olhares sobre temas diversos, todos afeitos à Ciência Política, em suas variadas vertentes.

O material que o Curso de Ciências Sociais – Ciência Política, da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, produz e compartilha com a comunidade representa, com propriedade, a formação humanística e abrangente buscada pelo referido Bacharelado ao traçar seus objetivos.

Com efeito, a obra transita, com andar marcadamente interdisciplinar, entre temáticas que expõem uma região dotada de

particularidades, lançando mão tanto de fatos pretéritos quanto de seu retrato atual, de modo a ser fiel à formação da identidade local. O caráter fronteiriço do município de São Borja, cidade histórica que faz divisa com Santo Tomé, na Argentina, ganha especial destaque, como não poderia ser diferente, dado que a sua localização – e todos os fatores que a circundam – se faz determinante para o baixo índice de efetividade de políticas públicas, como a obra revela, por exemplo, ao abordar o sistema de saúde no município.

Na mesma trilha, a obra oferta análises dotadas de riqueza ímpar, as quais investigam de que forma a Ponte da Integração (1997), fruto de intensa luta, e a instalação de uma universidade federal em São Borja (2006), impactam o cenário em termos sociais, econômicos e culturais.

Neste caminho, a cultura é ponto alto, examinada sob diferentes vieses. Quem se debruçar sobre as páginas adiante, encontrará texto que se dedica a traçar diálogo entre personagem ficcional – General Netto, do célebre “Neto perde sua alma” – e os conceitos de memória histórica, individual e coletiva, bem como com a questão da identidade. Além da profundidade da análise, impossível não aplaudir a forma de abordagem do tema, com transversalidade entre Ciência Política e cinema, algo inimaginável nas mentes de muitos, ainda presos ao ensino tradicional,

8 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

mas revelado possível e qualificado em local distante dos grandes centros, mas não das grandes ideias e ideais.

É neste caminho que os elementos da paisagem do Pampa, que poderiam ser presos à grade da Geografia (fechamento com o qual não se compactua, por óbvio), libertam-se da fragmentação, entrelaçam-se com a Ciência Política e ganham estudo enquanto fatores que romantizam o ideário gaúcho nesta região tão rica em potenciais diversos, mas explorada em segmentos restritos, como herança de sua história.

A cultura se manifesta, ainda, em suas relações com a ideologia, abordando reflexos da ditadura militar não somente na chamada Terra dos Presidentes, mas na América Latina. Marca sua presença, de igual sorte, em instigante estudo sobre a centralidade de aspectos culturais nos movimentos sociais, tão destacados no panorama atual, e que não poderiam passar despercebidas por um bacharelado conectado com o que foi, o que é e que será, mas sem descurar do que deve ser.

Como demonstração da amplitude de conexões possíveis à Ciência Política, as manifestações culturais populares, como o carnaval, são examinadas frente à conjuntura política pós impeachment. Ainda abrindo as cortinas do universo que esta área possibilita, a inserção evangélica na política é alvo de investigação, centrada das identidades

religiosas e em seus discursos.

Trata-se, portanto, de obra que perpassa temáticas distintas, característica que também é inerente a uma das suas subáreas, qual seja, a das políticas públicas, todas tratadas de modo transversal ou direto – neste último sentido, vale pontuar que a questão da efetivação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, em sua faceta municipal, é enfrentada.

Por derradeiro, mas sem qualquer pretensão conclusiva, fundamental enaltecer o mundo da vida que se faz presente em cada linha, demonstrando o quanto a Ciência Política possui inserção para além de aspectos meramente teóricos. A invenção continuada está viva, e pode ser conferida por aqueles que fizerem a bela escolha de desbravar as páginas adiante.

Profa. Dra. Lisianne Sabedra Ceolin
UNIPAMPA – Campus São Borja
CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 9

APRESENTAÇÃO

Ao realizar uma breve busca nos principais periódicos da área de Ciência Política no Brasil é possível notar a ausência de artigos que usam recursos audiovisuais como referencial analítico. Esse diagnóstico, apesar de precoce, reforça o argumento de que no quesito diversidade de recursos didáticos a Ciência Política está bem distante da História, Sociologia e Antropologia¹ (Craciun, 2004). Essas três últimas áreas, já na segunda metade do século XX, incorporaram o cinema como um dispositivo de análise sócio-histórica, tal precocidade muito se deve a ampliação do conceito de documento histórico para além da escrita textual. Essa incursão no mundo das imagens ocorreu com tal força que, para alguns marcos históricos, a utilização de produções cinematográficas tornou-se uma referência imprescindível. Para exemplificar é possível citar a Segunda Guerra, no qual a memória e referências que alimentamos sobre esse acontecimento é em boa parte resultado da exaustiva produção cinematográfica produzida. Vale ressaltar que ao discorrer sobre produções cinematográficas estamos falando de uma seleção de memória, que reforça determinados fatos em detrimento de outros, ou seja, trata-se de um campo de tensão e seleção da memória, da história e da política.

O presente livro *“Identidade, Cultura Política e Políticas Públicas: saberes e práticas interdisciplinares”* do Curso de Ciências Sociais e Ciência Política da Universidade Federal do Pampa –

UNIPAMPA, campus São Borja/RS, é o resultado de um trabalho e esforço coletivo.

Na origem e no estímulo dessa obra está o **“1º Fórum Permanente de Cultura Brasileira”**, promovido no segundo semestre do ano de 2017, através de uma parceria entre a Direção do Campus São Borja e à Coordenação Acadêmica e Administrativa.

A partir desse impulso inicial várias iniciativas foram encorajadas, dentre elas o projeto “CINE- “BRASIS” Cultura e Identidade a partir do Cinema Brasileiro”. Tratou-se de um trabalho em conjunto alicerçado no argumento de que a diversidade de recursos didáticos é um importante aliado no ensino das Ciências Sociais. Essa incursão ao mundo das imagens deslocou docentes e discentes de suas zonas de conforto para o inquietante espaço de diálogo com a sétima arte. As seguintes questões foram eminentes- Como dialogar com imagens? Como analisar obras cinematográficas preocupadas muitas vezes com questões estéticas em uma fonte, ou documento, capaz de dialogar com o contexto sociopolítico? A resposta a esses desafios não tardaram a aparecer, pois a cada

1 CRACIUN, C. Teaching Political Science at the Movie; Political Science after the Enlargment: Challenges to the Discipline; Charles University; Prague,2004 . Disponível em<https://www.researchgate.net/publication/242231307_Teaching_Political_Science_at_the_Movies. Acesso em 25.fev.2018.

10 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

encontro o debate parecia cada vez mais promissor. São exemplos positivos dessa experiência o debate a partir de filmes como *“Macunaíma”*, *“Quanto vale ou é por quilo”*, *“Neto perde a sua alma”*, *“Polícarpo Quaresma, o Herói do Brasil”* e *“Machuca”*. Em cada uma dessas películas buscou-se discutir e problematizar a identidade, a cultura política e às políticas públicas, com os aportes teóricos das Ciências Sociais e da Ciência Política. Nessa mesma perspectiva realizou-se no dia 05 de dezembro também do ano de 2017, no auditório do campus II da Universidade Federal do Pampa a palestra, *“Luta Política e Identidades Culturais Brasileiras”*, pelo Prof. Drº Bruno Lima Rocha – UNISINOS – São Leopoldo/RS.

Essas atividades, aliadas aos interesses de pesquisa dos professores do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política, produziram reflexões profícuas, pois nos capítulos apresentados temos historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, filósofos e cientistas políticos. Essa significativa formação acadêmica, presente no Curso de Ciências Sociais

– Ciência Política, produz uma obra onde os saberes e os fazeres sobre a Identidade, a Cultura Política e as Políticas Públicas permitem olhares interdisciplinares, de modo que a complexidade das relações sociais, culturais e políticas nos apontam para a necessidade cada vez premente desses diálogos.

Edson Romário Paniagua
Sara de Sousa Fernandes Epitácio
Danilo Pedro Jovino
CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 11

PAMPA E IDEÁRIO GAÚCHO: leitura a partir do conceito de paisagem

Victor da Silva Oliveira²
Nola Patrícia Gamalho³

Resumo: A construção de uma identidade ocorre baseada em distintas ocorrências que buscam afirmar elementos da história de uma sociedade que não necessariamente representam as contradições da relação do homem/meio, homem/homem e, ainda, as leituras evidenciadas entre o sujeito e o objeto. A evocação do ideário gaúcho faz uso de parte do processo de constituição histórica do estado do Rio Grande do Sul, sobretudo da vinculação do trabalho no meio rural. O presente artigo identifica quais os elementos da paisagem do pampa no sul do Brasil prevalecem na afirmação do ideário gaúcho. Fez-se uso das transformações da abordagem do conceito de paisagem na ciência geográfica lidas em expressões musicais tradicionalistas que buscam retratar a vinculação do sujeito gaúcho com o espaço/meio pampa. Os resultados evidenciam a exaltação de uma harmoniosa em relação a uma paisagem romantizada do pampa que obscurece as inúmeras contradições existentes na formação social do estado em detrimento da afirmação de um ideário mitificado.

Palavras-chave: epistemologia geográfica; Rio Grande do Sul; cultura.

INTRODUÇÃO

Diversas ciências fazem uso do conceito de paisagem na definição de objetos de investigação ou como método de análise. Mesmo fora da academia é massificado o uso como expressão do senso comum. No entanto, a Geografia tem neste conceito um dos seus arcabouços teóricos, debruçando-se a partir de diferentes perspectivas epistemológicas na trajetória da ciência, estabelecendo as relações entre o objeto paisagem, o sujeito homem e suas interfaces.

Não obstante, a construção de identidades culturais ocorre por bases diversas, entre elas, justamente, elementos da paisagem, sobretudo em espaços com vinculação estreita entre o meio rural e a construção histórica da sociedade. A afirmação de determinados aspectos da paisagem, que, não necessariamente, guardam relação com experiências efetivamente ocorridas pelo conjunto de uma sociedade, trazem consigo o poder de forjar um ideário que elege e camufla manifestações a partir de critérios previamente estabelecidos, geralmente por forças hegemônicas (NAME, 2010).

2 Geógrafo, Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor substituto do curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. victorsoliveira@hotmail.com
3 Geógrafa, Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora adjunta do curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. nolagamalho@yahoo.com.br

12 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

As formas de expressão e massificação do ideário elencado ocorre de distintas maneiras, desde meios escritos, como poesias e poemas, ou meios orais, como músicas e até festejos com ‘critérios para participação’. No caso do ideário gaúcho não é diferente. O estado, com formação marcada pela desigualdade regional oriunda de uma diversidade, desde natural até econômica, tem uma identidade cultural mítica cunhada, entre outros aspectos, por elementos da paisagem do bioma pampa e é constantemente afirmada em músicas regionalistas que evidenciam distintos vieses na sua definição.

Dessa forma, como elementos da paisagem do pampa são vinculados à afirmação do ideário gaúcho na música regionalista? O presente artigo identifica essas características a partir do conceito de paisagem oriundo da ciência geográfica. Além da introdução, o texto está estruturado em quatro partes. No segmento do texto, apresenta-se uma revisão de literatura teórica sobre o conceito de paisagem em diferentes escolas do pensamento geográfico. Posteriormente, são apontados aspectos da formação histórica do pampa, tanto naturais como sociais. Na quarta parte, são levantados fragmentos de músicas regionalistas que trazem a paisagem do pampa como um meio para afirmação do ideário gaúcho. Por fim, são tecidos alguns comentários a título de considerações finais,

O CONCEITO DE PAISAGEM NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Name (2010) analisa o processo de construção de identidades e o fato da constante relação – direta ou indireta – com a paisagem, sobretudo em espaços que possuem marcas culturais com o meio rural, como a apropriação do meio pelo trabalho e a peculiaridade dessa inter-relação. De forma material, como aspectos propriamente da natureza, ou imaterial, da relação estabelecida pelo homem com o meio, são extraídos elementos que afirmam uma identidade, não necessariamente generalizada, no entanto, difusora de concepções e interpretações de perspectivas concebidas por um grupo que se pode tomar enquanto dominante dentro da estruturação da sociedade local. Resgatar essas relações e compreendê-las em manifestações artísticas possibilita identificar elementos da paisagem na afirmação de um ideário cultural, no entanto, para realizar esse esforço cabe refletir sobre a gênese do conceito.

Os usos e concepções de paisagem são diversos, adentram o senso comum e são expostos desde a pré-história em pinturas rupestres de representações dos ambientes conhecidos e/ou percepções do mesmo. No entanto, o conceito é caro à ciência geográfica. Juntamente com os conceitos de território, espaço, lugar e região, as noções de paisagem formam parte do arcabouço teórico da ciência geográfica. Dessa forma, Moraes (2014) discorre sobre as transformações apresentadas pelas diferentes

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 13

escolas geográficas, oriundas em concordância com o contexto histórico e as implicações do amadurecimento da ciência geográfica, imprimem repercussões nas concepções e abordagens dos seus conceitos-chave como a paisagem.

Gomes (2000), ao tratar região na epistemologia da ciência geográfica, aponta a ocorrência de constantes embates entre abordagens distintas dos conceitos e da percepção dos objetos desta ciência. O primeiro embate, que permeou a reflexão no início do século XX, é oriundo da relação entre determinismo e possibilismo. Nessa relação a geografia preocupava-se especialmente pela influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade e a individualidade dos fenômenos a partir dessa relação homem-meio. Na escola geográfica alemã, destaca-se Friedrich Ratzel (1844-1904) e sua obra ‘Antropogeografia’, que, em suma, congrega o estudo das influências que as condições naturais exercem sobre a humanidade.

Em momento posterior, durante a década de 1920, o possibilismo contrapõe a premissa do determinismo. Nessa corrente o meio continua

tendo peso na definição da paisagem, no entanto, considera o trabalho humano no ambiente, propondo a noção de “gênero de vida”, do francês Paul Vidal de La Blache, sintetizando a forma específica que cada grupo em sua “maneira de ser” realizam uma adaptação ao meio a partir de heranças culturais transmitidas pelo hábito.

Apesar da peculiaridade da concepção das relações entre o homem e a paisagem física, tanto a escola alemã – determinista – quanto a francesa – possibilista – possuem unicidade em alguns aspectos, os quais destacam se dois. O primeiro é a excepcionalidade dos fenômenos observados, sendo que em ambas as concepções de paisagem busca-se, através da descrição exaustiva das condições físicas e das relações com o homem, destacar o caráter único daquele conjunto de elementos. Esse fato levava a geografia francesa a críticas ao caráter eminentemente idiográfico das suas contribuições, questionando-se, assim, a viabilidade científica, como apontou Sauer (1998).

O segundo aspecto é a descrição factual da paisagem. Ambas as escolas, por intermédio do método descritivo e de abordagem positivista, assumem a paisagem como um elemento concreto, cartesiano, cabendo ao geógrafo identificar a combinação de elementos que a caracteriza; no determinismo, o meio natural; no possibilismo, a relação entre o homem e o meio.

Ambos os aspectos, que trazem unicidade às abordagens tradicionais da geografia em relação à paisagem, suscitaram críticas as mesmas, como já mencionado. Dessas novas concepções foram propostas novas abordagens do conceito. Uma destas é apresentada por Sauer, em 1925, na sua obra “A morfologia da paisagem” (1998), que antepõe a perspectiva positivista da descrição da paisagem. Segundo o autor:

14 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

A paisagem geográfica é uma generalização derivada da observação de cenas individuais (...) o geógrafo pode descrever a paisagem individual como um tipo ou provavelmente uma variante de um tipo, mas ele tem sempre em mente o genérico e procede por comparação. (Sauer 1998, p.24).

Percebe-se, na contribuição do autor, a superação da visão romantizada da paisagem, ressaltando que os elementos descritos como componentes não configuram uma escolha aleatória, porém recoberta por contemplações prévias e genéricas de outras paisagens. Do aprofundamento da abordagem e da composição ideográfica do tratamento do conceito até então, Sauer (1998) propõe uma

sistematização para viabilização científica, dividindo a paisagem em natural e cultural. A primeira são as supostamente não influenciadas por qualquer tipo de ação humana, a primeira natureza como denomina Santos (1997) que, cada vez mais, deixa de existir. A segunda insere o homem na paisagem natural, considerado a partir das suas marcas na mesma, nas formas de vida, locomoção, produção, alimentação, etc. Dessa concepção, o autor aproximou a geografia com uma peculiar maneira de pensar a cultura, por intermédio das marcas que o homem infere nas paisagens.

Outro embate presente na trajetória da ciência geográfica fora justamente a necessidade de percepção da peculiaridade das manifestações na paisagem, porém sem desprender-se de leis e formulações gerais para possíveis comparações, correlações e síntese. Fruto desse embate, modificam-se as concepções da ciência geográfica a partir da década de 1930: a paisagem deixa de ser um produto em si, com relações que compõe o “gênero de vida” ou a “paisagem cultural”. Diferentemente da concepção da geografia tradicional, em que a paisagem era factível, cabendo o geógrafo desvendá-la, uma das heranças da geografia pragmática para a reflexão sobre a paisagem está na sua consideração como palco das atividades humanas. Baseado em metodologias neopositivistas, basicamente matemáticas e a-históricas, a paisagem tornou-se uma variável não viva.

Por fim, o terceiro embate confere atenção aos critérios para consideração do conceito. Durante a segunda metade do século XX, a medida que ocorria a intensificação do processo de mundialização da economia e da inserção de novos agentes na arena decisória mundial – como os financeiros – evidenciava-se a face contraditória do processo de globalização. De forma combinada e desigual, os fixos são materializados e os fluxos circulam segundo uma lógica eminentemente segregada, que define uma apropriação do espaço mundial em acordo com as possibilidades de reprodução da lógica vigente (Santos, 1997). Com fundamentação marxista, a geografia crítica preservou o método oriundo da geografia pragmática no tocante à aceitação da análise da paisagem de acordo com distintas variáveis de influência do homem no meio.

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 15

Por outro lado, enquanto na pragmática os critérios eram definidos pelas possibilidades de maximização do capitalismo, a geografia crítica concebe como critérios gerais para a percepção da paisagem as possibilidades de uso e apropriação da mesma a partir da divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista, que produz e distingue espacialmente possuidores e despossuídos, assumindo

a divisão sócio-espacial do trabalho e a forma que esses espaços se organizam para manter as características que lhe dão unidade. Busca-se compreender a paisagem, portanto, por intermédio das contradições impostas da exploração do trabalho sobre ambiente natural e as relações peculiares providas dialeticamente.

Dentre estas concepções do conceito de paisagem que dialogam não apenas com as transformações sócio-produtivas experienciadas no mundo como as nuances da epistemologia da geografia e seus embates teórico metodológicos. Salgueiro (2001) afirma que, no despertar do interesse pelo conceito de paisagem para as explicações geográficas, a corrente humanista destaca-se. Dentre as contribuições da geografia humanista, Frémont (1974) aponta o deslocamento de foco da consideração de paisagem do factual, do físico/ecológico, para o fenomenal, o modo de ver a paisagem, a relação entre o sujeito e o objeto. Trata-se de uma revalorização estética da paisagem que se diferenciado ambiente e da natureza justamente por existir segundo a forma que o homem a percebe.

Em paralelo às concepções de paisagem oriundas da geografia crítica em que se busca evidenciar as contradições entre a imposição do trabalho sobre o meio, Lacoste (1977) considera a paisagem abordada na geografia humanista como máscara dos conflitos capitalistas a partir de uma ilusão de harmonia entre o sujeito e o objeto. O tratamento da paisagem e a escolha dos elementos que a caracterizam e são evidenciados, de acordo com o autor, são realizados por grupos dominantes que definem o que se deve revelar ou esconder.

Name (2010) aponta que com a reprodutibilidade em mídias diversas da concepção hegemônica de paisagem atrelada à cultura, um número maior de pessoas passa a ser atingido pelo discurso pretendido o qual jamais é imparcial, positivista, como propuseram as reflexões primeiras de paisagem na geografia. O autor ainda adverte para a abstração representada pelo conceito de paisagem não é somente o objeto, tampouco o sujeito, mas a inter-relação complexa existente entre ambos.

Ao aproximar as questões advindas da trajetória de transformação do conceito de paisagem nas escolas geográficas com as possibilidades de afirmação de determinados aspectos de uma cultura que se configura boa parte da inter-relação com o meio, pode-se indagar quais aspectos estão sendo revelados/escondidos? Há maior intersecção do elencado com quais concepções de paisagem?

Por definição da breve revisão realizada, a hipótese que se sustenta

é da afirmação de concepções hegemônicas alheias às contradições do processo de formação histórica que descreve elementos romantizados da paisagem com a finalidade de fomento de uma identidade cultural específica e que dialoga com determinados elementos da paisagem natural e da relação do homem com esta.

PAMPA: CARACTERÍSTICAS, OCUPAÇÃO E MARCAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE GAÚCHA

A pretensão nesse tópico é de estabelecer uma caracterização geral do bioma pampa e da organização social forjada na ocupação do Rio Grande do Sul, vinculando-a à construção da identidade do gaúcho com o pampa, destacando características presentes na articulação entre da paisagem do pampa e as relações sociais historicamente construídas. Dessa maneira, uma reflexão profunda é preterida pelo apontamento de aspectos gerais que posicionam agentes predominantes na relação com a paisagem do pampa, buscando detalhes da formação territorial do Rio Grande do Sul nas obras citadas.

O bioma pampa brasileiro está contido, em sua totalidade, no território do Rio Grande do Sul, estendendo-se por Argentina e Uruguai. Cobrindo pouco mais de 2% do território nacional e 63% do sul-rio-grandense, a paisagem natural do pampa é coberta, basicamente, por serras de declividade média e baixa e planícies, assim como pequenas elevações regionalmente denominadas de coxilhas.

Associada ao domínio das pradarias, a vegetação do pampa tem predomínio de campos nativos que, durante os primeiros ciclos econômicos do estado, serviram de alimento nativo para os rebanhos bovinos. No entanto, matas ciliares e formações arbustivas são encontradas em situações pontuais.

Há um diálogo estreito entre a peculiaridade natural do Rio Grande do Sul e a sua ocupação, especialmente pela potencialização das primeiras atividades econômicas. A história de formação do território sul-rio-grandense está estruturada sob fases de ocupação influenciadas por políticas de incentivo à ocupação/colonização por razões econômicas e, ainda, pela conjuntura colonial brasileira. Diversos foram os momentos de incentivo do governo para a fixação de população no território gaúcho, primeiramente em grandes propriedades rurais e, após, em minifúndios produtores de alimentos agrícolas.

A organização social onde está situado o pampa gaúcho possui relação direta com as primeiras incursões europeias no Brasil Meridional

que, segundo Brum Neto (2007), foram realizadas pelos padres espanhóis jesuítas, em 1634, com a finalidade de introduzir os índios ao catolicismo, ensinar-lhes técnicas de plantio, criação de gado – compondo os primeiros

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 17

rebanhos bovinos no Estado –, ler e escrever. Localizados nas proximidades dos Rios Piratini e Jacuí, os grupos indígenas foram organizados em pequenas reduções jesuíticas, no século XVII, e começaram a sofrer constantes ataques de bandeirantes que visavam à obtenção da mão de obra indígena para trabalhar no sudeste do país. Ações que Singer (1968) denomina como expedições de rapina, distinguindo-as das correntes povoadoras que fixaram população em determinadas regiões do país.

Por conta destas interferências dos bandeirantes, muitas delas violentas, os padres jesuítas viram a necessidade de abandonar as reduções em 1638⁴, deixando no território do Rio Grande do Sul o rebanho bovino. Este rebanho, devido às condições fisiográficas favoráveis do bioma pampa (vegetação, relevo e clima essencialmente), se multiplicou acintosamente, causando sua dispersão e criando, posteriormente, condições para a instalação de uma economia baseada na pecuária extensiva que marcou também suas práticas culturais.

Os primeiros a deixarem sua marca no que veio a constituir a cultura gaúcha foram os indígenas. Em maioria de origem Guarani, no pampa e nas áreas litorâneas e elevadas, diversos grupos étnicos que ocupavam/transitavam dentro dos limites físicos de cada porção do Estado – e mesmo fora do que atualmente é o Rio Grande do Sul – que, apesar de possuírem peculiaridades, carregavam características comuns.

Do ponto de vista português, o povoamento oficial do Rio Grande do Sul ocorreu, de acordo com Bernardes (1997), um século mais tarde. Para a ocupação das áreas devolutas, que se tornavam um problema militar para a Coroa Portuguesa, foram cedidas sesmarias a militares e civis na tentativa de proteção territorial a partir de sua ocupação. De acordo com a determinação da Coroa, era concedida uma sesmaria – que correspondia a uma área de três léguas ou 13.068 ha – para cada indivíduo.

Foi neste período e por conta dessas ações de Estado que, segundo Zarth (2002), nasceram os latifúndios sul-rio-grandense situados sobre o bioma pampa. À medida que a Coroa tomava a atitude de viabilizar a defesa do território a partir da concessão de grandes extensões de terra, estava embrionada a atual estrutura socioeconômica e cultural presente na porção sul do Estado do Rio Grande do Sul.

O estrato social segregado na época, além do indígena, era composto pelos escravos africanos, introduzidos a partir de 1773 nas estâncias de gado, passando a ser fundamentais no desenvolvimento das atividades ao passo que estas cresciam em número e área pelo pampa. Porém, foi somente a partir das charqueadas que a presença do sujeito negro se intensificou.

Nesse sentido, Brum Neto (2007, p. 93) corrobora afirmando que:

4 Posteriormente, em 1682, os padres jesuítas retornam ao Estado à serviço da coroa espanhola, fundando as missões. Sete delas estavam situadas onde atualmente é o Estado do Rio Grande do Sul e outras 23 estavam no Paraguai e na Argentina.

18 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

A riqueza gerada pela pecuária, sobretudo pelo charque, desenvolveu a sociedade gaúcha, no que se refere à intelectualidade das famílias mais abastadas e a estruturação dos núcleos mais urbanos, como Pelotas. E, na outra extremidade da pirâmide social encontravam-se os escravos, que constituíam uma parte da propriedade dos seus senhores, mas não possuía nenhum bem. Não tinham nem mesmo liberdade de expressão.

A posição econômica do Rio Grande do Sul no contexto brasileiro era clara neste período: a principal atividade econômica do Brasil estava nas fazendas cafeeiras no Sudeste do país, que tinham como mão de obra os escravos. Kliemann (1986, p. 17) descreve a posição econômica do Estado, afirmando que “[...] com o desenvolvimento da pecuária e da charqueada, o Rio Grande do Sul passa a ocupar posição subordinada em relação ao resto do país, voltado para o extrativismo e para a monocultura de exportação”.

Essa divisão territorial do trabalho no período das fazendas cafeeiras no sudeste e nas charqueadas no sul marcou o ingresso da economia sul-rio-grandense no sistema capitalista de produção. A acumulação de capital e poder político por parte dos estancieiros vinha tornando-se um marco na perspectiva política e territorial do estado, pois, a partir destes, os próximos ciclos econômicos tiveram sua localização e posição mercantil definida.

Nesta breve revisão da formação territorial do Rio Grande do Sul e do próprio bioma pampa foi buscado salientar apenas alguns aspectos da complexa e vasta história do estado, com agentes e interesses diversos, assim como a manifestação desses culturalmente. Tais aspectos foram elencados devido à possibilidade de serem contrapostos à hipótese formulada que versa sobre a ocorrência em músicas regionalistas de concepções hegemônicas alheias às contradições do processo de

formação histórica do estado. As quais descrevem elementos romantizados da paisagem com a finalidade de fomento de uma identidade cultural específica que dialoga com determinados elementos da paisagem natural e da relação do homem com esta.

Reflexões como a de Guedes (2009) buscam retratar, justamente, a exacerbação de um imaginário de identidade do gaúcho e seus feitos heroicos como uma necessidade de afirmação e culto glórias de outrora que visam, entre outros objetivos, criar uma identidade e “orgulho gaúcho”. Isso vem a resultar em simplificação das grandes desigualdades forjadas na diversidade do povo gaúcho, das relações de exploração do trabalho e da posição subalterna frente ao contexto nacional.

O trabalho de construção de identidades não é assimilado de maneira simples e espontânea. Há necessidade de uma constante repetição por intermédio de meios variados para a sua incorporação e aceitação majoritária pela população. Nesse sentido, Bourdieu (1999, p. 135) afirma

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 19

que essa prática possibilita que “o passado se perpetue na longa duração da mitologia coletiva”. Refletindo especificamente da difusão da identidade do gaúcho que ressalta aspectos previamente definidos, Guedes (2009, p.55) ressalta que:

A cultura gaúcha e fronteiriça tem características peculiares, sendo muito rica em símbolos e imagens [...] as manifestações da linguagem oral e escrita misturam heranças populares e eruditas, sendo mais significativos os adágios, os ditados populares, as frases comparativas, os “causos”, as lendas, as quadrinhas e a trova – representações de um conjunto de valores sociais, ideológicos, políticos, morais, que constituem a memória gaúcha, fruto do Imaginário, e, ao mesmo tempo, produzem e reproduzem atitudes que mantêm vivo este mesmo Imaginário, persuadindo as gerações mais novas, pela repetição continuada, a inculcarem esses valores, mantendo-se, de uma forma mais ou menos homogênea, a “identidade” cultural do gaúcho, baseada no mito dominante do “homem-herói”.

No caso do ideário sul-rio-grandense, intencionalmente de forma parcial e distorcida, buscou-se estabelecer uma figura de sujeito viril, livre, conciliadora, em contato direto e harmônico com a natureza, com ideais assumidos como uniformemente presentes na sociedade. A presença do pampa para a afirmação dessa identidade é tratada, entre outros estudos, em reflexões como a de Vieira e Henning (2014), podendo, no entanto,

ser realizada uma leitura dessa aproximação a partir das distintas concepções de paisagem da trajetória da ciência geográfica e evidenciar, por intermédio de músicas regionais, como é tecida a aproximação do pampa com a afirmação da identidade gaúcha.

A PAISAGEM DO PAMPA E A AFIRMAÇÃO DO IDEÁRIO GAÚCHO

Diversas manifestações culturais buscam, cada uma com sua peculiaridade, descrever e ressaltar hábitos dos homens perante seu meio. No caso da música regionalista do Rio Grande do Sul, esse esforço tem como uma de suas abordagens principais a aproximação do gaúcho com o pampa, evidenciando aspectos da paisagem natural e atrelando-as a um passado de glória, um presente de superação e uma relação harmônica homem/natureza e homem/homem. Como brevemente descrito nos tópicos anteriores, apenas a diversidade do bioma já confere complexidade à simplificações. Estas se tornam mais latentes ao serem atreladas às relações sociais existentes nesse espaço.

Dessa forma, ressalta-se a pertinência da possibilidade de serem revisadas expressões culturais, como a música, enquanto um

20 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

instrumento capaz de massificar afirmações de um discurso que não está, necessariamente, atrelado à realidade histórica, mas é difusor de um efeito de verdade propositalmente ressaltada. Assim, resgata-se trechos de canções regionalistas com a pretensão de vincular elementos da paisagem do pampa à afirmação do ideário gaúcho.

Obviamente, é impensável resgatar toda a obra regional, logo essa limitação leva o esforço de centrar-se na busca por elementos em músicas que ligam direta ou indiretamente a possibilidade de reflexão sobre a perspectiva de paisagem nela inserida, mesmo que implicitamente. O primeiro trecho selecionado relata especialmente aspectos naturais da paisagem do pampa:

Sou grito do **quero-quero** / No alto de uma **coxilha** / **Sou herança das batalhas** / Da **epopeia farroupilha** / Sou rangido de carreta / Atravessando picadas / Sou o próprio carreteiro / Éra boi, éra boiada / Éra éra boi Brasino / Éra éra boi Pitanga / Boi Fumaça, Jaguaré / Olha a canga. (Me comparando ao Rio Grande, Iedo Silva)

Ressalta-se nessa canção os elementos da paisagem expostos com

vinculação direta ao natural o “quero-quero no alto de uma coxilha” e vinculá-los a uma “epopeia farroupilha”, entrelaçando aspectos da primeira natureza intocada como distintivos das vitórias de outrora e da identidade do pampeano.

Não são poucas as músicas que, assim como a citada, relatam as imensidões dos campos nativos do pampa, muitas vezes mencionados como “campomar” em seu contraste com um céu azul e sua combinação poética com os animais, cavalo e gado bovino principalmente, que constituem um cenário de exaltação divina da natureza e harmônica com o homem e enaltece um amor pela terra e orgulho dela pertencer. A imbricação entre essa natureza romantizada e esse homem valente e orgulhoso da sua querência tem, de acordo com Oliven (2006), construindo a imagem do gaúcho vinculado ao pampa. No trecho a seguir novamente é exposto a relação próxima entre o orgulho de ser gaúcho com o pampa:

Quem é do garrão da pátria / Alma sangue e procedência
/ **O amor pela querência** / Traz retratada na estampa
/ Retovos de casco e guampa / No repertório da lida /
Pra que o sentido da vida / Finque **raízes na pampa**
(Apaysanado, César Oliveira e Rogério Melo)

A relação entre homem e meio, no entanto, costumeiramente é exposta em uma desvinculação do homem como pertencente ao meio. Existe a aproximação entre os elementos da paisagem com o homem, porém estando ele posicionado como um elemento exógeno, sobre a natureza e que extrai os benefícios dessa relação, à paisagem como palco das relações.

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 21

Essa sobreposição não apenas se dá na relação do homem com o meio, mas, também, entre os homens enquanto sujeitos. O patrão proprietário da terra se sobrepõe aos demais expondo a contradição da constante evidencia do homem livre enalticido. A canção a seguir retrata essas questões:

**Herdei um campo onde o patrão é rei / Tendo poderes
sobre o pão e as águas / Onde esquecidos vive o peão
sem leis / De pés descalços cabresteando mágoas / O
que hoje herdo da minha grei chirua / É um desafio que
a minha idade afronta / Pois me deixaram com a guaiaca
nua / Pra pagar uma porção de contas (Herdeiro da Pampa
Pobre, Gaúcho da Fronteira)**

Contradições como essas são decorrentes, a exaltação do gaúcho livre contradiz constantemente a história de formação do estado. Como mencionado, a escravidão não apenas existiu como foi parte significativa do trabalho nas estâncias presentes no pampa sul-rio-grandense. Essa foi a principal atividade econômica do estado que, em posição secundária frente à economia nacional, perdurou por várias décadas.

No entanto, parte significativa do cancionero regionalista pouca ou nenhuma atenção remete ao trabalho não livre, que figurou como componente da cultura estadual. Remete-se, com frequência, ao trabalho livre e os heroicos feitos desses que não negavam as intempéries postas pelas belas paisagens do pampa e, tampouco, fugiam de conflitos para definição de fronteiras, forjando assim, um cantar do orgulho de pertencimento e liberdade. A canção a seguir reflete essas contradições, inclusive no título:

Enquanto o gaúcho for visto no **pampa** / Enquanto essa
raça teimar em viver / O **grito dos livres** ecoará nesses
montes / Buscando **horizontes libertos na paz** / No grito
do índio, o grito inicial / Há cheiro de terra no próprio ideal
/ De **amor à querência liberta nos pampas** / Gerada
na estampas do próprio ancestral / A nova raça cresceu e
traçou limites / Que bem demarcam a extensão dos ideais /
E o mesmo povo hoje repete o grito / Alicerçado nas raízes
culturais / A liberdade não tem tempo nem fronteiras /
O homem livre não verga e não perde o entono / Vai
repetindo a todos num velho grito / Passam os tempos mas
a terra ainda tem dono (Grito dos livres - João de Almeida
Neto)

Outra contradição evidenciada é a utilização do pampa pra traçar uma conjuntura de integração entre Brasil, Argentina e Uruguai pelo fato do pampa estender-se por estes. A forma como o homem se relaciona com a paisagem em seus afazeres cotidianos, especialmente na tropilha a cavalo, costumeiramente é afirmada de modo transfronteiriço, enunciando a existência de um ambiente vinculado à paisagem do pampa onde que inexistem fronteiras e há integração cultural.

22 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

A Pampa é um país com três bandeiras / e um homem
que mateia concentrado, / seus olhos correm por sobre as
fronteiras / que o fazem tão unido e separado! / **A Pampa**
é um lugar que se transcende, / fronteiras são impostas
pelas guerras; / “y el gaúcho”, com certeza, não entende /
três nomes, três braços pra mesma terra! / **O campo**

a se estender, imenso e plano, / alarga o horizonte “mas
allá”... / Talvez seja por isso que o pampeano / enxerga
além... De onde está! / **Assim é o povo fronteiro,** /
tropa, cavalo e tropeiro / vão na mesma vez... / **Pátria**
e querência na estampa, / somos um só nesta pampa,
/ mas se contam três... / Por que se contam três? / Meu
verso vem de Jaime e Aureliano, / de Rillo e Retamozo um
céu azul! / Sou Bento e Tiaraju, **heróis pampeanos da**
forja desse Rio Grande do Sul! (Pampa, Joca Martins)

Por fim, situa-se dois fragmentos de canções que enaltecem uma vinculação direta entre o orgulho de pertencimento do ser gaúcho com o pampa, esse retratado de forma romantizada com traços de um tempo que “já não pertence mais”, visto o afastamento cada vez mais intenso na paisagem natural. Não obstante, a segunda canção, citada na sequência, afirma o pampa como constante na identidade até mesmo do gaúcho já não residente em meio a paisagem natural, mas aquele indivíduo urbano que levou consigo o pampa e o que ele representa.

Expressões como estas ressaltam a influência do cancionista – entre outras manifestações – na formação contínua de um ideário gaúcho, haja vista o distanciamento de parte significativa da população com o meio rural, com a paisagem do pampa. No entanto, o constante resgate e difusão por esses meios configura a exaltação de um passado glorioso que tem no pampa um dos elementos românticos, belos e intocados.

Meu canto crioulo é qual pasto nativo / Que brota com
força e se **estende na pampa** / Juntou rebeldias pelas
recolutas / Da raça mais bruta herdou essa estampa / É grito
tropeiro, é mugido de tropa / E assim se alvoroa pedindo
bolada / Cincerro de bronze chamando a tropilha / Clarim
farroupilha anunciando alvorada / Curtido a minuano e a
pó de mangueira / A berro de touro e relincho de potro /
Moldei este canto praino campeiro / Por ser verdadeiro é
sinuelo pra os outros / Se quedou então Regional / Pela
tradição que traduz o seu jeito / **Tendo sentimento de**
pátria no sangue / E **amor ao Rio Grande** batendo no
peito. (Regional, Cesar Oliveira e Rogério Mello)

Vou num carro são / Sigo essa frente fria / **Pampa a**
dentro e através / Desde o que é / Libres sigo livre / E
me espalho sob o céu / Que estende tanta luz / **No campo**
verde a meus pés / O que vejo lá? / **Mata nativa instiga**
o olho / Que só visa me levar / Sobe fumaça branca / E
a pupila se abre pra avisar / Se há fumaça, há farrapos por
lá / Eu acho que é bem / **Eu indo ao pampa** / **O pampa**
indo em mim Indo Ao Pampa - Vitor Ramil)

Elementos da paisagem do pampa, como demonstrado, são amplamente utilizados para a afirmação de uma identidade gaúcha. Essa vinculada a um passado heroico e uma relação de harmonia com o meio. Cabe aqui realizar uma interpretação à luz das reflexões da epistemologia da paisagem na ciência geográfica. A descrição romantizada da paisagem do pampa no cancionero aproxima-se com as primeiras compilações sobre o conceito na geografia tradicional, não apenas como método, mas pela determinação do modo de vida do gaúcho, explorada especialmente pela relação harmoniosa do homem e o trabalho do campo e o orgulho proveniente dessa.

A forma como é tratada em boa parte das canções analisadas pode ser classificada como a paisagem cultural trazida por Sauer (1998), uma vez que os indícios da e na paisagem são referidas constantemente como elementos que tecem essa relação, gerando indícios de determinação no ser gaúcho devido a paisagem natural.

No entanto, na música “Herdeiro da Pampa Pobre”, a relação estabelecida é distinta. Ao situar o homem como “rei” de um campo de pampa herdado, o homem não é visto como um sujeito da natureza, mas se sobrepõe a essa. Tal perspectiva, em que a paisagem é palco para as relações e para as explorações do homem foram traçadas pela geografia pragmática que visou, em suma, ampliar a exploração do meio.

De todas as interpretações possíveis de serem realizadas a partir das escolas geográficas, a atribuição de identidade junto às expressões culturais do Rio Grande do Sul, nos remetem a principalmente duas: a humanista e a crítica. Esta primeira, que situa a forma de percepção do homem sobre a paisagem e busca interpretar justamente os elementos fundantes dessa relação, vincula a necessidade de compreensão e interpretação dos elementos majoritariamente selecionados para serem valorizados e vinculados ao ideário gaúcho.

Como demonstrado, parte significativa dos elementos selecionados tratam de evidenciar virtudes do gaúcho livre enquanto obscurece elementos formadores de parte da população sul-rio-grandense, que sofreram com o cerceamento de direitos sociais básicos, entre estes a liberdade. Não por acaso, como postula Lacoste (1977), elementos são obscurecidos.

Trata-se, assim, de inserir as premissas de paisagem trazidas pela geografia crítica, especialmente a necessidade de esclarecer elementos não aparentes e questionar a os elementos eleitos para a definição do ideário através da paisagem e quem realiza tal seleção. Como resgatado na formação histórica do pampa, a subordinação econômica e a centralidade expressa por São Paulo no auge do ciclo do charque, demonstra a

incapacidade de ocorrência de uma relação de integração entre Brasil e Uruguai. Isso se dá pelo fato da existência do pampa em ambos, haja vista a política protecionista realizada pelo governo central barganhado pelos

24 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

proprietários das charqueadas – os “reis do pampa” – para dificultar a importação do produto uruguaio e manter a produção no sul do Brasil. Assim, postas as leituras possíveis da utilização da paisagem do pampa através do cancionero regionalista, nota-se que uma leitura crítica possibilita não apenas questionar os elementos elencados, mas a existência da necessidade de evidenciar quem os seleciona. Qual a razão e a pertinência do ideário formulado estar em constante busca por reafirmação, atrelando a uma harmoniosa relação entre a paisagem do pampa e o homem?. Na proposta trazida neste trabalho, permanecem mais dúvidas que respostas, no entanto, alguns comentários podem ser tecidos em caráter de considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não por acaso, a ciência geográfica contribuiu para a reflexão sobre o conceito de paisagem. Apesar de outras cátedras fazerem uso do mesmo, este está no cerne da geografia, cabendo aos geógrafos que pretendem revisita-lo perceberem as suas expressões na sociedade. Ao tratar-se essas expressões, no entanto, tornam-se perceptíveis as contribuições diversas que as formas de vinculação da paisagem a um ideário de identidade podem tecer. Desde a manifestação de uma natureza romantizada, flertando com os quadros naturalistas, até formas de mascarar as contradições existentes em uma sociedade tão diversa como a gaúcha em prol da exaltação de uma figura quase mítica, heroica, livre e que vive em constante harmonia com o meio natural.

Dessa forma, houve confirmação da hipótese inicialmente levantada. Os elementos da paisagem do pampa, que são majoritariamente afirmados no ideário gaúcho, versam sobre um passado de glórias ocorrido em um ambiente de natureza límpida, sem fronteiras, de homens livres, vegetação e fauna abundantes, que inserem desafios ao homem que, bravamente, os supera e leva o amor ao pampa para ambientes não rurais.

No entanto, a resposta da pergunta que norteou essa pesquisa permite evidenciar outros questionamentos de maior pertinência para a reflexão entorno da construção do ideário gaúcho e sua vinculação com o pampa em expressões culturais como a música. Ao trazer elementos da

escola crítica, foi possível ampliar a percepção para elementos não aparentes do tratamento da paisagem é essencial. É preciso, também, debruçar-se sobre quem são os agentes que definem a eleição dos elementos expressos no tradicionalismo gaúcho, quais as razões para suplantarem a grande parte das contradições da formação de um estado que possui expressiva composição da cultura de minorias e mesmo da maioria da população, como os estratos sociais marginalizados do cancionista, do homem negro não livre, do indígena e da mulher.

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 25 REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Unijuí, 1997.

BRUM NETO, Helena. **Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha**. Dissertação de Mestrado – UFSM, Santa Maria, 2007.

FRÉMOUT, Armand. **Les profondeurs des paysages géographiques**. Autour d'econves, dans le Parc Régional Normandie-Maine. L'espace géographiques, 3(2), Paris, 1974.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Eli et al. **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GUEDES, Berenice Lagos. **O Mito do Gaúcho e suas repercussões na História da Educação do Rio Grande do Sul**. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 2, 2009.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. **RS: terra e poder – história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LACOSTE, Yves. **A quoi sert le paysage?** Qu'est-ce un beau paysage. Hérodote, v. 7, p. 3-41, 1977.

MORAES, Antônio Carlos. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1994.

NAME, Leo. **O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura**. GeoTextos, vol. 6, n. 2, dez. 2010.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Paisagem e geografia**. Finisterra, XXXVI, 72, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA; Rozendahl (Orgs.). **Paisagem tempo e cultura**, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Editora da USP, 1968.

VIEIRA, Virgínia Tavares; HENNING, Paula Corrêa. Os modos de fabricar a natureza do Rio Grande do Sul na música pampeana. *Anais... X ANPED Sul*, Florianópolis, 2014.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed.Unijuí, 2002.

26 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

Do romance ao filme, “*Neto Perde a sua Alma*”, o barqueiro Tabajara Ruas navega nas franjas da história, da memória e da identidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Edson Romario Monteiro Paniagua⁵

Ronaldo Bernadino Colvero⁶

Sandro da Silva⁷

*EPITÁFIO*⁸

Mi Patria

Es la frontera

Cavalgada no pó

Mergulhada nas águas

Batizada na pólvora

E a única morte livre

É nessa pátria

A fronteira

Resumo: O presente artigo analisa a partir da narrativa cinematográfica, de “*Neto Perde a sua Alma*”, produção que se origina no romance com a mesma denominação, do romancista e cineasta Tabajara Ruas, a presença da história, da memória e da identidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul em tempos de modernidade liquefeita. O personagem principal, o General Neto, apesar de ficcional, no seu leito de morte, nos conduz entre a história, a memória e a identidade da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. A análise tem como material empírico, o filme em diálogo com um aporte teórico das ciências sociais e da história, além de uma produção historiográfica específica para a Revolução Farroupilha. Para alcançar o nosso objetivo, dividimos a análise nas seguintes partes: na primeira, apresentamos um breve contexto histórico e historiográfico sobre a Revolução Farroupilha; na segunda buscamos refletir sobre os conceitos de memória histórica, memória individual, memória coletiva e identidade, nos fornecendo o substrato teórico; na terceira, “pinçamos” alguns elementos históricos e historiográficos presentes na narrativa cinematográfica; na última parte analisamos a presença da memória e identidade na obra em questão. Apesar da ficção está fortemente marcada na narrativa cinematográfica, a história, a historiografia, a identidade e a memória se fazem presentes, não podendo ser consideradas ficcionais.

Palavras-chaves: Cinema; História; Memória; Identidade; Fronteira.

5 Professor Adjunto nos Cursos de Ciências Sociais – Ciência Política e Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa – campus São Borja/RS. Drº em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo/RS, e Coordenador do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política, campus São Borja/RS.

6 Professor Adjunto nos Cursos de Ciências Sociais – Ciência Política e Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa – campus São Borja/RS. Drº em História pela Pontífice Universidade Católica – PUC do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.

7 Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa – campus São Borja/RS. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja/RS e Graduando do Curso de Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja/RS.

8 Edson Romario Monteiro Paniagua.

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 27 INTRODUÇÃO:

No romance e no filme, “*Neto perde a sua alma*”, a Guerra do Paraguai (1864-1870) é o ponto de inflexão para que o personagem, o General Neto, no leito de morte, busque algumas de suas memórias da Revolução Farroupilha. É preciso situar esse fato histórico que marcou o período Regencial do Império Brasileiro (1831-1840) e da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A Revolução Farroupilha, (1835-1845) guerra civil que por ocasião da proclamação da República Rio-Grandense em 1836, foi decretada a independência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Esse rompimento político ameaçou seriamente a unidade territorial do então nascente Império Brasileiro, inserindo-se no contexto das revoltas que também se desenrolam nesse período em outras províncias.

No bojo dessa guerra civil, estava a elite estancieira da campanha Rio-Grandense. Durante as três primeiras décadas do séc. XIX essa elite foi o braço armado do Império Luso Brasileiro, conquistando e demarcando as fronteiras políticas do Império Brasileiro no extremo sul do continente americano. O descontentamento político e econômico com a Corte, no Rio de Janeiro, rebelou essa elite que durante dez anos lutou contra o Império Brasileiro e retorna em 1845 ao Império, para defender as fronteiras, as suas fronteiras. A ação humana é paradoxal, contraditória e o líder da Revolução farroupilha e o personagem ficcional, o General Antônio de Souza Neto, não escapa dessas dimensões.

No “Ofício de Historiador”, seguindo Marc Bloch (2001) e a formação nos leva apontar e a situar um breve estado da arte, pois a Revolução Farroupilha é um dos principais fatos da História do Rio

Grande do Sul. A sua produção historiográfica é significativa. Podemos situa-la em dois momentos. O primeiro a partir daquilo que Gutfreind (1992) denominou de matriz historiográfica lusitana, ou seja, os portugueses como os únicos construtores do Rio Grande do Sul e na esteira desse processo esta a Revolução Farroupilha com seus líderes e heróis, entre o mais destacado, Bento Gonçalves da Silva. O segundo, uma produção crítica que situa o interesse econômico, político e as concepções políticas da Revolução Farroupilha que estava longe de ser coesa, mas envolta em disputas internas. Uma revolução feita pela e para elite estancieira. Entre esses trabalhos podemos citar: Leitman (1979), Flores (1985), Guazzelli (1997) e Padoin (1999).

A historiografia do séc. XXI como destacou Silva, (2015) tem focado a atuação política dos líderes da Revolução Farroupilha, após o seu desfecho em 1845. Entre esses líderes estão Francisco de Sá Brito e David Canabarro que estiveram atuantes, principalmente na década de 50 do séc. XIX na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. (PANIAGUA, 2012).

Nessa produção recente, também se insere Silva (2015) com sua dissertação de mestrado, *“Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto*

28 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

1836-1866.” O autor destaca a pouca produção referente atuação e trajetória de Antônio de Souza Netto. Para buscar preencher essa lacuna historiográfica, revisou a literatura produzida e as fontes primárias se concentram nos periódicos, “O Correio Mercantil”, “O Diário do Rio de Janeiro”, os Anais referentes à Revolução Farroupilha (no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre), as correspondências gerais e de militares e os relatórios do império. Nessa diversidade de documentação, as evidências e a análise crítica não possibilitaram chegar ao General Antônio de Souza Netto em si, mas tangenciar a sua ação política de um homem fronteiriço numa zona de fronteira⁹, chegando ao que se propõem o historiador, “... a veracidade... a qualidade daquilo que é verídico; ou como aquilo que é passível de ser considerado verdadeiro.” (BARROS, 2014).

MEMÓRIA HISTÓRICA, COLETIVA E INDIVIDUAL

O registro dos fatos em documentos oficiais e não oficiais de uma sociedade, o seu armazenamento e o compartilhamento, nos permite e induzem acessar alguns fios da memória de um passado, mas de forma

incompleta no presente.

De acordo com Rios (2013) a memória é definida como um fenômeno coletivo. Desse modo para, “confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível (HALBWACHS, 2006, p. 31)”, ou documentos como no ofício do historiador.

A memória histórica diferentemente da coletiva é aquela responsável por fazer o registro dos processos históricos da humanidade. Permitem-nos reconstituir contextos sociais, panoramas dos acontecimentos que foram registrados a partir do presente. O acesso a essa a memória, geralmente se dá por meio dos livros de história e a sua relevância está justamente localizada na construção de identidades ao articularem-se com a memória individual e coletiva.

Ao assumirmos a ideia de que a memória é construída dentro dos quadros sociais em que os diversos indivíduos estão inseridos e nessa perspectiva cada sujeito carrega em si lembranças constituídas através da relação com o outro, sua construção também reside na territorialidade, ou seja, se dá pela relação empregada com espaço vivido e de vivência.

Para Halbwachs (2006) a memória individual se constitui dentro do contexto de um grupo social, porém assume o caráter particular em

9 Zona de Fronteira ou fronteira zona é a região de aproximação e integração entre as sociedades, através dos contatos de várias formas que possibilitam a articulação e o surgimento de interesses de natureza socioeconômicos. Ver mais em: REICHEL, Heloisa Jochims; GÜTFREIND, Ieda. Fronteiras e guerras no Prata. São Paulo: Atual, 1995.

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 29

virtude de não ser um fato em comum e compartilhado pelo grupo. Salienta que “para evocar o próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade” (HALBWACHS, 2006, p. 72). O ambiente, local onde as experiências da vida humana ocorrem, molda o comportamento do indivíduo, isto ocorre porque os fatos sociais atuam de forma coercitiva sobre as consciências individuais, pois:

as lembranças mais difíceis de serem recuperadas são justamente aquelas relacionadas a eventos que vivenciamos sozinhos, pois nesses casos, não podemos contar com o auxílio de ninguém mais para mantermos vivas essas experiências em nossos pensamentos. Incomunicáveis, elas tendem a desvanecer (RIOS, 2013, p. 4-5).

A memória individual se constrói a partir das lembranças constituídas nos diferentes grupos sociais, espaço onde os indivíduos interagem. Mesmo que uma determinada lembrança pertença somente a um indivíduo, estas estão permeadas por pessoas e fatos que integram o processo de interação social de cada sujeito, e esta é responsável pela produção e retenção, sendo lócus de referência para reconstituição de memória.

Halbwachs (2016) destaca que as lembranças se organizam de duas maneiras: a primeira ocorre se aglutinando em torno do ponto de vista de uma determinada pessoa (memória individual); a segunda se da construindo imagens que compõem a totalidade das sociedades e este aspecto refere-se à memória coletiva.

Portanto, por um lado, os seres humanos têm uma memória que corresponde a sua personalidade e suas particularidades, porém as adquirem “*status*” de comuns a outros humanos e que pertencem a um grupo, a memória correspondente é a coletiva. As duas memórias têm função de apoio uma a outra e se cruzam com frequência para formar lembranças. Nesse caso “a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas [...] estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal” (HALBWACHS, p. 72, 2006). Logo uma fração das experiências vividas por um grupo se constitui na memória individual, que nada mais é que a absorção da energia das forças sociais por cada indivíduo configurando o seu comportamento a partir de diversas forças que empregam energia sobre os sujeitos. De acordo com (RIOS, 2013, p. 5) “mesmo quando constrói lembranças baseadas em experiências individuais, o sujeito precisa recorrer a instrumentos que lhe são fornecidos pelo meio social, tais como as ideias e as palavras.”

A sociedade influencia no comportamento humano e também no que é lembrado, esquecido ou censurado. A memória para Halbwachs (2006) consistiria na formação de imagens do passado construídas no presente,

30 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

porém estas imagens seriam parciais, e estabelecidas a partir das relações dos grupos com o meio social e sua posição. O modo como percebemos os eventos é determinado pela sociedade, no aspecto das convenções coletivas, e estas submetem os sujeitos organizando sua experiência no tempo e no espaço. O espaço desenvolve um papel fundamental no sentido em que os grupos visam projetar sua imagem, estabelecem

valores e modos de vida, “Desse modo, a fixidez do espaço permite que os grupos possam objetivar suas memórias e identidades, como acontece no caso dos monumentos, prédios históricos e todo o patrimônio arquitetônico cultivado por determinado grupo” (RIOS, 2013, p. 7).

As memórias cumprem uma espécie de função quando o tempo e o espaço adquirem uma padronização, fazendo com que as memórias permaneçam vivas no presente, através da formação da identidade. As raízes de um grupo se originam no passado e sobrevivem ao tempo por meio do registro das memórias que se materializam no espaço, assim o modo de vida, por exemplo, de um grupo, confere a um indivíduo ou a um grupo no presente, a possibilidade de identificarem-se com a memória preservada mantendo-a viva e a cultivando. “A constituição de memórias envolve não só experiências vividas diretamente, mas também, experiências herdadas, aprendidas, transmitidas aos indivíduos pelos grupos através do processo de socialização” (RIOS, 2013, p.9). Inequivocamente, a socialização ocorre através de uma linguagem e dependendo da qual for utilizada, não necessita ser precisa no caráter do tempo, podem assumir uma seletividade e serem complementadas de maneira fantasiosa em alusão aos interesses envolvidos e o cinema é uma é uma dessas linguagens.

A IDENTIDADE

A memória e a identidade também podem ser compreendidas como uma construção social. Pode-se definir identidade de acordo com (SILVA, 2013, p. 74) como “aquilo que se é”, em outras palavras é a construção de uma imagem autoconferida a si, que pressupõe em sua construção a existência de uma coesão que tenha a capacidade de distinguir um grupo social do outro. É possível dizer então que “a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhados com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal” (HALL, 2013, p. 106). Identidade é incorporar algo, localizar-se no espaço ao mesmo tempo em que se demonstra uma distinção do outro, porém reconhece a existência do outro da mesma forma que nega sê-lo e opõe-se a qualquer semelhança.

O passado histórico é invocado para dar origem às identidades, este serve de base para construção das identidades oferecendo a elas sua dimensão

simbólica, por meio das práticas culturais e dos significados produzidos neste processo de interação do passado com as relações sociais vivenciadas no presente, isto delinea a identidade, posiciona, localiza cada sujeito ao ponto que ele possa autoproduzir uma imagem do que é e a partir se diferenciar dos demais, de acordo com Woodward (2013).

A produção cinematográfica, “Neto perde sua alma” tem sua origem no romance também de autoria de Tabajara Ruas. O filme apresenta um caráter ficcional, assim como o romance. Contextualiza e situa no tempo e no espaço os fatos históricos que retratam ao longo da trama, momentos que tangenciam a história do Rio Grande do Sul, como a Guerra do Paraguai e a Revolução Farroupilha, destacando elementos que permitem por meio da teoria visualizar a memória e a identidade. Através das técnicas utilizadas na produção, e quem assiste ao filme são propiciados estímulos à rememoração e identificação com os fatos históricos e da historiografia. Para (RIOS, 2013, p. 9-10) “A formação de recordações também não precisa se desenvolver a partir de datas precisas: a memória tende a prevalecer sobre a cronologia oficial, apesar de essa última ter ligações com interesses políticos, sendo mais bem informada pela historiografia”.

A PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFICA DE “NETO PERDE A SUA ALMA” NAS ‘FRANJAS’ DA HISTÓRIA

O romancista e cineasta Tabajara Ruas, estava ciente, assim como o historiador, da incapacidade de “chegar” ao General Antônio de Souza Netto. A transposição da narrativa literária para a narrativa cinematográfica é uma ponte que nos permite transitar, sem “cair” no abismo de um romance transfigurado, como o historiador que labuta de forma individual e coletiva, Tabajara Ruas, entre a ficção e a arte, toca nas “franjas” da história, da memória coletiva e da identidade da fronteira.

O filme “Neto perde a sua alma” com direção de Beto Souza e Tabajara Ruas foi vencedor de vários festivais. Essas premiações nos dizem de uma obra coletiva que primou na produção, com uma pesquisa que buscou cenários, elenco, figurinos, armamentos, uniformes, munições, o gado franqueiro¹⁰, a casa do general Neto na República Oriental do Uruguai (Piedra Sola) e as pinturas do Uruguaio Juan Manuel Blanes¹¹ na

10 O gado franqueiro é um gado rústico de pouca carne e muito osso que predominou

no pampa do séc. XVII ao XIX e foi sendo substituído com a modernização capitalista, com a importação de outras raças que visavam à melhoria genética destinada a produção de carne e derivados.

11 Juan Manuel Blanes foi um pintor Uruguaio que retratou várias cenas do pampa uruguaio. Ver mais em: MANGO, Elizabethe. Juan Manuel Blanes, “el pintor de la patria”. Disponível em: <http://www.uruguayeduca.edu.uy/sites/default/files/2017-05/Juan%20Manuel%20Blanes%2C%20el%20Pintor%20de%20la%20Patria.pdf> - Acesso em: 25/03/2018, às 14:40.

32 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

composição de algumas cenas. Essas dimensões materiais remanescentes desse passado recente buscou aproximar-se da fronteira do séc. XIX, uma fronteira que não dividia.

Tabajara Ruas no artigo “Sobre o General de Souza Neto: do livro ao filme” (2004) destaca a diversidade do elenco tendo apenas dois atores profissionais, Werner Schünemann interpretando o General Netto e Thiago Real como o coronel Joaquim Pedro Osório. Os demais atores são intelectuais, historiadores, músicos, campeiros, homens do povo agregados em piquete¹². Essa composição social do elenco, esses homens da fronteira, com sua linguagem típica, fez com que a produção, não só se aproximasse de um universo cultural e social do séc. XIX, como emprestou à naturalidade e o realismo a produção sem a artificialidade das novelas globais. Tabajara Ruas (2004) nesse mesmo artigo destaca que em certa manhã de filmagem no município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, diz ter chegado mais próximo do general Netto, pois a grande maioria dos cavaleiros que surgiam nas coxilhas¹³, dirigindo-se para as filmagens, pareciam “atender” a um apelo do passado, do General Netto, o de alimentar os sonhos em campos de eucaliptos e arames farpados. O romancista, o roteirista e o diretor, como um antropólogo, compreendeu a dimensão histórica e social de uma fronteira que tinha sido de muitos que outros no séc. XXI retornavam para alimentar os sonhos de liberdade, desejados ou não pelo General Netto.

A NARRATIVA CINEMATOGRAFICA DE “NETO PERDE A SUA ALMA” E AS OUTRAS ‘FRANJAS’ DA HISTÓRIA.

Da produção, a narrativa cinematográfica também chegará nas “franjas” da história, da Revolução Farroupilha. A narrativa inicia se situando o telespectador num tempo histórico, pois: “*A Guerra dos Farrapos (1835-1845) aconteceu no Rio Grande do Sul. Foi um movimento a favor*

da República e da Abolição, contra o Império do Brasil". O fato e o tempo histórico são demarcados. Intencionalmente ou não, apresenta esse fato como uma guerra, um movimento e não uma revolução. Esse aspecto conceitual, a revolução ou guerra civil é debatido na historiografia.¹⁴ A revolução é defendida por uma historiografia de matriz lusitana e pelos

12 Piquete era um pequeno grupo de cavaleiros que eram destacados como batedores ou para executar escaramuças nas guerras e na atualidade possuem um sentido mais simbólico de representação dessas práticas antigas, formados na maioria por homens que vieram do campo para a cidade e também por aqueles que se identificam.

13 Trata-se de extensão pequena de terra, com elevações propícia para a criação de gado. 14 Na página 02 e 03 do presente artigo já abordamos as duas tendências historiográficas referentes à Revolução Farroupilha.

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 33

próprios farroupilhas que se considerada a luz dos movimentos e ideários liberais do séc. XIX tem o encaixe perfeito. A guerra civil é vista por uma historiografia crítica que destaca as ideias e os interesses de uma elite estancieira, além de não ter ocorrido uma mudança da estrutura econômica e social e que de fato permaneceu a mesma: o latifúndio e a escravidão. O cineasta pontua e se situa nesse debate.

A segunda referência da abertura é: *"A Guerra do Paraguai envolveu a Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai – contra o Paraguai de Solano Lopez"* que ocorreu de 1865 a 1870. Foi um dos maiores conflitos do séc. XIX. O cineasta também pontua de forma sutil, esse debate historiográfico. Nessa referência histórica, a guerra é contra o Paraguai e não contra um ditador, posição contrária da historiografia tradicional¹⁵ e revisionista¹⁶. A terceira referência da abertura é: *"Argentina 1860. Segundo ano da Guerra do Paraguai. Hospital Militar de Corrientes"* A morte do general Neto ocorreu em 12 de junho de 1866 foi noticiada primeira no periódico "La Esperanza" de Corrientes em 04 de julho destacando o prestígio e a coragem, mas também "... o bizarro soldado..."¹⁷ que à pouco tempo defendia a República Riograndense.

Existem dois elementos históricos e historiográficos, além dos já citados, presentes que são o cerne da narrativa cinematográfica e das "memórias" do General Neto nos estertores da morte. A República Rio Grandense e a escravidão. A questão da República, no final do Ato II (a mesma forma de divisão do romance) é exemplar dessa memória histórica que deve ser pinçada do ficcional. Após uma batalha, os farroupilhas reunidos no acampamento, temos um conjunto de cenas "embaladas" pela milonga, ritmo platino uruguaio e argentino, do pampa, os tocadores de milonga, o mate, a forma de vestir, o uso dos lenços na cabeça, os oficiais reunidos em volta do fogo, tomando chimarrão e

discutem a República. Os diálogos e argumentos dos oficiais apontam para a República e o Coronel Neto, vai ponderando. Vejamos:

“- Sabíamos que iria chegar esse momento. - Quem garante que o momento chegou? - Nossos aliados. Todos! - Os comerciantes são a favor, os estancieiros são a favor. Todos os oficiais são a favor. João Manoel é a favor, o Lucas o Domingos é a favor. ...- Precisamos dar um passo decisivo.

15 A historiografia tradicional destaca a tirania de Solano López, sendo essas uma das razões para a Guerra do Paraguai, além das indefinições das fronteiras com o Mato Grosso.

16 A historiografia revisionista destaca a questão do Imperialismo Inglês na Bacia Platina e a subserviência brasileira e argentina em relação a Inglaterra. Nessa linha temos: CHIAVENATO, Julio José. Genocídio americano: a guerra do Paraguai. São Paulo: Círculo do Livro, s/d. Entretanto, trabalhos recentes com ampla pesquisa documental, contestam as teses revisionistas. Entre esses podemos destacar: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

17 Cf.(SILVA, 2015)

34 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

Esse passo é a República.- Formaremos uma grande Federação de Repúblicas independentes. É a única maneira de trazermos progresso pra nossa terra. Vejam a França, os Estados Unidos. - Mas é hora de política Coronel, De empurrar a história... Desejamos uma sociedade justa, organizada. ... - Muito bem Capitão. Convoque todos os oficiais pra daqui uma hora.” (RUAS, 2001)

A forma como a proclamação da República Rio Grandense foi decida nos seus bastidores não sabemos. Os diálogos acima, no entanto nos apontam para a história e a historiografia. As referências a João Manoel, Lucas e Domingos José de Almeida que coordenavam segundo Padoin (1999) o grupo da maioria Farroupilha, defendia um estado independente e republicano que poderia unir-se a outras províncias do Império Brasileiro, ou as províncias da Bacia Platina (Uruguai e Argentina).

A escravidão é o segundo elemento presente na obra cinematográfica. Esse fato demarcou a história do Brasil e do Rio Grande do Sul criando um fosso social que se estende até os dias de hoje. O personagem Milonga, jovem, no Ato II ao conhecer o Capitão Teixeira Nunes e o Coronel Neto, depois de salva-los de uma emboscada é aceito no Corpo de Lanceiros Negros, a Infantaria Republicana.

Os personagens Milonga e o Sargento Caldeira que aparece no

“delírio” de Neto no Hospital em Corrientes, no Ato I, demarcam situações históricas e historiográficas da escravidão na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Os diálogos ficcionais são carregados de situações problemas e situações limites. No “Ato IV As Encantadas”, nove anos depois Milonga e outros escravos desertam e solicitam ajuda ao Sargento Caldeira para serem guiados em direção a serra e se refugiarem. Os diálogos são carregados de intensidade, pois Milonga, Palometa e Quero Quero questionam a República, a promessa de liberdade e a lealdade dos Farrroupilha e subjacente a esses diálogos e cenas, perpassa, o evento de Porongos, onde a Infantaria Farrroupilha, formada pelos lanceiros negros praticamente foi exterminada e que os que foram presos foram levados para a Corte no Rio de Janeiro.

A batalha de Porongos, em 14 de novembro de 1844, decretou o fim da Revolução Farrroupilha e o massacre de sua infantaria. Raul Carrion, na obra os “Lanceiros Negros na Revolução Farrroupilha”, como historiador de ofício, buscou um conjunto de fontes primárias que apontam e destacam a participação dos escravos na Revolução Farrroupilha de forma significativa. Com base nessas fontes, afirma que o massacre de Porongos foi um acerto entre Caxias e David Canabarro, pois o Império Brasileiro não concederia a liberdade aos escravos lanceiros. Era uma das principais condições para a paz e o fim do conflito. Esse fato, pelo conjunto de evidências diretas e indiretas apresentadas e analisadas

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 35

por Raul Carrion, toca na memória histórica e da identidade dos heróis farrroupilhas “intocáveis”, alçados pela historiografia de matriz lusitana. O romancista e cineasta Tabajara Ruas, mais uma vez se coloca no debate e produz pela literatura e o cinema, a memória histórica e a identidade do negro do Rio Grande do Sul, até pouco tempo invisível e seletivamente por alguns, deixados de lado.

DAS IDENTIDADES E MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DOS PERSONAGENS, AS IDENTIDADES E MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DO PAMPA

A obra cinematográfica é forma eficaz de comunicação, uma linguagem complexa e está por seu turno, pode configurar-se em um estímulo a rememoração e um gatilho para despertar o sentimento de identidade. A produção e a narrativa cinematográfica de *“Neto perde sua*

alma” é um exemplo disto, pois os diálogos, as cenas, os cenários, as paisagens interagem e provocam as memórias e as identidades.

O personagem histórico o General Neto lutou contra o Império o Império Brasileiro na Revolução Farroupilha (1835-1845) e depois lutou ao lado do Império Brasileiro contra o governador de Buenos Aires Rosas em 1852, defendendo as fronteiras sulinas. Na Guerra do Paraguai em 1865, as fronteiras sulinas não estavam ameaçadas, mas como um senhor da fronteira e da guerra, não fugiu desse outro conflito, defendendo os interesses do Império. Vitimado, faleceu em Corrientes no ano de 1866.

Essa aparente contradição revela uma identidade fronteiriça, ou seja, esta em movimento, pois o pampa sul rio-grandense, uruguaio e argentino, antes das definições dos estados nacionais no século XIX, era uma região em comum, em que os espanhóis, os portugueses e a população nativa, além de compartilharem o espaço, estabeleciam trocas, contatos ora amistosos ora tensos. Essa memória do espaço é intensa e sobrevive e toca na identidade fronteiriça. No dizer de Queiroga: (2004) “Na fronteira tudo é dúbio, ambíguo, impreciso; qualquer coisa pode ser, ou sabe se lá, desaparecer. Para o gaúcho, que tudo tivera – a suficiência pampeana –, restava a ainda aberta fronteira, última linha de sua rude epopeia.”

A narrativa inicia pelo “Ato I”. O general Neto e o telespectador são conduzidos pelo portão, pelos corredores, interno e externo do hospital (Hospital Psiquiátrico São Pedro – Porto Alegre – morada dos “loucos” e dos desuses caídos) até a enfermaria, como no conto de Júlio Cortázar, “Casa Tomada”,¹⁸ quando a população argentina estava sendo encurralada na própria casa. O general Neto, despido e colocado na maca, com uma chaga na perna esquerda, ferido no campo de batalha em 1866 é exaltado

18 Cf. CORTÁZAR, Julio. Bestiário. São Paulo: Círculo do Livro, 1951.

36 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

simbolicamente em uma clara referência a Jesus Cristo. A cruz era mais uma guerra e não estava para expiar os pecados dos outros, mas quem sabe os seus, as suas memórias da fronteira. Essa cena, essa representação de Jesus Cristo, de uma plasticidade comovedora, não alçou o general Neto, a representação de Pedro Américo em 1893, o Tiradentes esquartejado e tão pouco a de Décio Villares em 1928, mas do homem de fronteira que viveu na guerra e morreu por ela e que a sua pátria era a fronteira.

A partir dessa exaltação, desse simbolismo no decorrer da

narrativa do primeiro ato, são demarcados vários traços de “quem é Netto”. O general encontra-se em delírio em virtude da febre causada por seu ferimento, quando começa a recorrer suas lembranças. A primeira é um encontro com *Mr. Thornton (embaixador Inglês) na casa de Maria, em Paissandu (Uruguai), nesta cena o embaixador faz algumas perguntas ao general* “O senhor é Brasileiro ou Riograndense? Uruguaio ou Argentino? Blanco ou Colorado? Essas dualidades nos dizem do homem da fronteira que vive numa zona de fronteira que não é apenas um, é um pouco mais, conforme os momentos as necessidades, mas carregados de diversos sentidos, de identidades.

Os aspectos teóricos apontam que o espaço de vivência, o território é um elemento que contribui na formação das memórias. Nesse sentido, a referência de espaço ao qual o embaixador refere-se é o território onde se situa o Bioma Pampa, compartilhado por Brasil, Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul. As fronteiras políticas que foram demarcadas no séc. XIX são perpassadas por um modo de vida em comum e peculiar, onde a identidade gauchesca está associada. A lida no campo, a criação de animais, as vestimentas utilizadas para realização da atividade laboral, que esta fortemente marcada na produção. Conforme Rios:

Ao lançar as origens de um grupo no passado, investindo-o de autoridade, a memória serve de base para a construção de uma narrativa coerente sobre sua trajetória, contribuindo para a criação do sentimento de identidade. Essa seria, portanto, a “função” da memória: ela participaria não só da criação do senso de igualdade entre os membros de uma dada coletividade, mas também da demarcação de fronteiras entre os outros. (RIOS, 2013, p.10)

Ainda nesse encontro é destacável que o general é compreendido como um, revolucionário, abolicionista e republicano. É um perfil identitário atribuído ao personagem. Porém, conforme a citação acima, a busca pelo passado é a origem que serve de base para uma construção narrativa que cria um sentimento de identidade. Logo, as características atribuídas ao general Neto, são no presente, assumidas pela coletividade e demarcam o que a coletividade é e o que ela não é. Trata-se da diferenciação das outras coletividades. Em outras palavras, a identidade gauchesca. Mas isto apenas é possível através da memória coletiva, uma construção social que

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 37

exerce influência sobre os sujeitos, determinando o que devem lembrar

ou esquecer, as lembradas permanecem vivas no presente quando formam identidades.

No “Ato II”, percebemos os aspectos ligados à territorialidade, tangenciando a memória, a identidade explorada pela produção e plenamente realizada na narrativa cinematográfica. Entre esses elementos presente na memória coletiva é a estância. Um dos locais onde se realizava as práticas de vida que compõe a identidade gauchesca, como a criação do gado.

É importante destacar que nesse “Ato II” a inclusão do personagem Milonga. Predisposto a lutar pela sua liberdade, ao reconhecer o General Netto que por ele é compreendido como o libertador, o segue em sua jornada pelo pampa em busca de encontrar suas tropas. Após os desdobramentos da viagem e da demonstração de coragem do personagem, é aceito no corpo de lanceiros e levado ao acampamento farroupilha para fazer sua incorporação às tropas. No acampamento, o filme destaca alguns hábitos gauchescos, como a forma com que a carne é preparada, a roda de chimarrão, além disso, Netto profere um discurso no acampamento na noite que antecedeu a batalha do Seival, demonstrando a existência de vários grupos sociais que compartilhavam entre si um sentimento de insatisfação contra o império brasileiro. Esse sentimento sobreviveu ao tempo e ainda no presente permanece sob a égide de movimentos separatistas no Rio Grande do Sul e de acordo com a teoria aqui elencada, caracteriza-se tal situação como uma memória coletiva que inclusive pode ter se tornada como parte da identidade gaúcha.

Essa identidade gaúcha e também podemos falar no plural se reproduz no discurso emanado por Netto na cena em pauta; “não somos profissionais das armas, somos estancieiros, somos artesãos, somos comerciantes, agricultores. Conosco estão os oficiais republicanos, os intelectuais, o clero, os escravos rebelados e todos os espíritos livres desta província”. Mesmo lutando do mesmo lado, fica perceptível uma divisão social no acampamento, onde o Corpo de Lanceiros Negros não compartilhava do mesmo espaço dos demais militares da 1º Brigada de Cavalaria, demonstrando que o ideal abolicionista não era uma pauta compartilhada por todos os grupos sociais envolvidos e também os interesses que motivavam a insatisfação dos vários grupos contra o império eram diversos e que talvez a única forma de acomodar todos os interesses era de fato proclamar uma república. Logo, nem todos lutavam por “ideais”, a produção historiográfica sobre o tema expõe isto. Para a construção da memória não precisamos levar em consideração todos os fatos, basta consolidar uma imagem representativa do que foi o fato, socializar para que se torne uma verdade na coletividade que é delimitada

por esta memória coletiva, e como abordada anteriormente não é preciso presenciar um fato histórico, basta que o testemunho de outros ou o acesso a registros, possibilite a formação de imagens do passado no presente.

38 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

No “Ato III”, a memória do general Netto retrata o fato histórico da batalha do Seival, onde o Exército republicano o vitorioso. Essa vitória é apresentada como um fator que contribuiu para desencadear a proclamação da república. Na cena que segue a da batalha, no acampamento, apresenta-se um diálogo entre oficiais e aliados, no qual a república é colocada como única maneira de “trazer progresso para nossa terra”. Porém, a responsabilidade da decisão recai sobre o General Netto, que desenvolve um diálogo com um oficial do Corpo de Lanceiros Negros, em separado dos demais, numa demonstração da existência de uma distinção social, mesmo que a abolição da escravatura estando entre um ideal de todos os grupos republicanos. A narrativa expõe que a lembrança mesmo pertencendo ao general é permeada por outros indivíduos, é individual, mas o processo de interação social faz com que também assumam um caráter coletivo.

E como desdobramento dos fatos apresentados no decorrer do terceiro ato, a república é proclamada. Na continuidade no “Ato IV”, aborda o que aconteceu com a questão da libertação dos escravos ao final da Revolução Farroupilha. O diálogo apresentado no ato anterior que antecedeu a proclamação da república, retratou na figura de Netto, a insegurança sobre fundar um país, ao questionar se era o momento ou se os rio-grandenses teriam força para tal. Porém, o quarto ato se detém aos fatos pós-revolução farroupilha, e como dito antes, a identificação com a libertação dos escravos era um ideal pertencente aos escravos rebelados e ao general Netto. Ao final do conflito a narrativa explicita o sentimento de traição dos diversos grupos liberais, com o Corpo de Lanceiros Negros. O personagem Milonga traduz a insatisfação “os republicanos mentiram para nós, enquanto precisaram da gente para guerra, falavam em liberdade, igualdade e fraternidade. Quando a guerra terminou nos entregaram para os imperiais”.

O General Netto foi vencido nas negociações do tratado de paz e assim, como os, lanceiros negros, sentiu-se traído ou insatisfeito, como fica eminente na fala de Netto: “o que me corroi é o destino dos negros que lutaram com os republicanos, só eles perderam. O decente era continuar a lutar os lanceiros negros mereciam ser respeitados”. Este é um registro histórico que fica relegado à historiografia, pois na reprodução de memória do ideário rio-grandense a questão não é trata de

forma distinta.

No “Ato V”, a ênfase da narrativa no início, recai sob aspectos que remontam a paisagem específica do pampa, as vestimentas típicas e o meio de transporte utilizado na atividade laboral. Em meio a isto, Netto rememora sua vida, seus medos e suas vivências, seu romance com a senhorita Maria e sua partida para Guerra do Paraguai, que é o momento de transição para o “Ato VI”. Nesse último ato Netto traz a tona mais uma vez, sua insatisfação com o império pelo fato de os rio-grandenses defenderem as fronteiras do Brasil por mais de 200 anos sem o devido

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 39

reconhecimento. Ao final do ato o general transpôs a sua última fronteira, ao fazer a travessia final, no rio da vida, o rio Uruguai, transportado pelo barqueiro Tabajara Ruas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dimensões da produção cinematográfica de “Neto perde a sua alma” buscou recompor um cenário mais próximo do séc. XIX e a composição do elenco com os gaúchos da fronteira do Rio Grande do Sul, também a história, criando no telespectador, a “impressão de verdade”. Essa produção cinematográfica é capaz de produzir diversas recepções no telespectador, que carregados por sua cultura e historicidade, produzem também as suas narrativas que estão permeadas de memórias individuais e coletivas. A Guerra do Paraguai, a Revolução Farroupilha e a escravidão, principalmente esses dois últimos, a partir da memória como recurso narrativo, da memória seletiva do personagem, da memória histórica do cineasta Tabajara Ruas e equipe se faz presente, não como memórias individuais, mas também coletivas. Apesar da ficção esta fortemente marcada na narrativa cinematográfica, a história, a historiografia, a identidade e a memória se fazem presentes, não podendo ser consideradas ficcionais e o barqueiro Tabajara Ruas fazia a travessia do general Neto, pela última fronteira, o rio da vida, o rio Uruguai.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D’Assunção. Verdade e História. IN: Cadernos IDH ideias/ Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. Ano 12, nº 212 (2015) – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história**, ou O ofício e historiador.

Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: 2001.

CARRION, Raul. **Os lanceiros negros na Revolução Farroupilha**: a mais longa revolta republicana enfrentada pelo império centralizador e escravocrata. 6ª ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em:

http://www.raulcarrion.com.br/publicacoes/caderno_rev_farroupilha.pdf. Acesso em: 25 de março de 2018, às 12:47.

CHIAVENATO, Julio José. **Genocídio americano**: a guerra do Paraguai. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

CHIAPPINI, Lígia. (Org.) [et. al.] **Pampa e cultura**: de Fierro a Netto. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Estadual do Livro, 2004.

CORTÁZAR, Julio. **Bestiário**. São Paulo: Círculo do Livro, 1951.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

40 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

FLORES, Moacyr. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre; Martins Livreiro, 1985.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província**: A República Rio Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845) Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Porto Alegre, 1997.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia Rio Grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEITMAN, Spencer. **Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos**. Tradução de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

NETO perde a sua alma. Direção: Beto Souza; Marcelo Bacchin e Tabajara Ruas. Produção: Marcelo Bacchin. Piedra Sola Produções, 2001. 1DVD (1h e 42 min.)

PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo no espaço fronteiroço platino**. A Revolução Farroupilha (1835-45). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

PANIAGUA, Edson Romario Monteiro. **A construção da ordem fronteiraça**: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867) Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2012.

QUEIROGA, José Carlos. **Tratado ontológico acerca das bolas do boi**. Passo Fundo/ RS: Méritos, 2004.

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. **Fronteiras e guerras no Prata**. São Paulo: Atual, 1995.

RIOS, Fábio Daniel. MEMÓRIA COLETIVA E LEMBRANÇAS INDIVIDUAIS A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DE MAURICE HALBWACHS, MICHAEL POLLAK E BEATRIZ SARLO. **INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, 5(1): 1-22, 2013.**

RUAS, Tabajara. **Neto perde a sua alma**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Pedro Brum. **Teorias do romance**: relações entre ficção e história. Santa Maria: Editora da UFSM, 1996.

SILVA, Matheus Luis da. **Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)** Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 13. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 41

AS VOZES DA FRONTEIRA: São Borja, a Ponte da Integração e a UNIPAMPA.

Daniel Etcheverry¹⁹

RESUMO Este trabalho procura, num primeiro momento, jogar luz sobre as formas como os moradores de São Borja significam a região de fronteira, para num segundo momento, se centrar nas formas como a inauguração da Ponte da Integração em 1997 e a instauração da UNIPAMPA em 2006 tem transformando as vidas das pessoas e sua relação com o território em questão. O trabalho está baseado numa contínua escuta das frases e formas de se referir à cidade e às transformações pela que ela tem passado desde a criação da ponte. E posteriormente a chegada da universidade federal. Entretanto, e por tratar-se de uma região de fronteira, não posso deixar de levar em conta também as mudanças ocorridas em território argentino. Finalmente aponto para como a UNIPAMPA vem criando laços com as universidades de outros países da América do Sul. Defendo que ao reforçar vínculos com universidades nas regiões de fronteira dos países vizinhos, ou neste caso específico com as do lado argentino, ela estimula uma ressignificação da noção de fronteira a partir das diversas possibilidades de entender esse termo.

Palavras-chave: São Borja; Região de Fronteira; Ponte da Integração; UNIPAMPA; Ressignificação.

INTRODUÇÃO

Quando cheguei a São Borja para assumir o cargo de docente na UNIPAMPA nunca havia estado aqui antes; sabia que se tratava de uma cidade de fronteira, portanto, achava que encontraria argentinos e brasileiros convivendo nas ruas, lojas e restaurantes da cidade; que ouviria perguntas em castelhano e respostas em português e vice-versa e que encontraria alguma forma de portunhol diferente da que já ouvira na fronteira Santana do Livramento-Rivera. Em uma imagem um tanto infantil - devo reconhecer - imaginava que o rio Uruguai teria praias em ambas as margens e as pessoas as frequentariam alternadamente,

atravessando o rio em lancha ou pela ponte em bicicleta ou ônibus. Estava disposto e desejoso de começar desvendar essas interações.

Em poucos dias, percebi que as pessoas se referiam a si mesmas como ‘da fronteira’ e que faziam questão de trazer esse diacrítico à tona sempre que cabia, fosse nas interlocuções comigo ou entre si. Entretanto, o ‘ser da fronteira’ fazia referência ao contato com o outro do outro lado com menos frequência do que se poderia esperar.

Foi necessário reformular as perguntas, e esse foi um processo longo. Iniciei então uma rotina de observação e registro de frases e formas

19 “Cientista social, mestre e doutor em Antropologia pela UFRGS. Professor da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja – RS E-mail: danieletcheverry@unipampa.edu.br”

42 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

de manifestação no dia-a-dia da cidade e que ajudou na construção de um fundamento para este trabalho e os que virão. Algumas questões começaram despontar:

Em primeiro lugar; qual é a fronteira em questão? Parecia haver uma fronteira ‘para fora’, que era tida como uma realidade concreta – o outro era de outro país - mas aquela que realmente vinha à luz nas conversações com maior frequência era uma fronteira para dentro: ‘Nós também somos brasileiros’ escutei alguém dizer para defender sua posição política; a profundidade e, sobretudo, a polivalência dessa frase ainda luto para desentranhar. Aos poucos fui entendendo que essa é uma postura de demandante, de um demandante que não se sente contemplado. É a postura de quem se refere à fronteira por suas carências. É a fronteira do rio que desborda e alaga as moradias dos ribeirinhos, é a fronteira das ruas esburacadas e da má administração da cidade; é a fronteira do Estado que chega até ali mas nunca está presente. É a fronteira da cidade que dá mas não se doa - “São Borja deu dois presidentes ao Brasil”-. Onde está essa fronteira? De que está ela feita? Quem a fez e quem a faz? Quem está do outro lado dessa fronteira?

A fronteira ‘para fora’ com frequência se desmembra e dilui nas águas do Uruguai, sobretudo quando entra em cena a identidade de ‘missioneiro’, mas logo volta se recompor numa alteridade confusa que mistura partes de uma rivalidade que beira o substancial com a Argentina com uma brasilidade também essencial e sempre à mão - “aqui em São Borja não tem escolas do samba boas, mas aqui pertinho, em Itaqui, temos um dos melhores carnavais do Brasil”-, além de uma identificação com os uruguaios que se reconhece numa paisagem comum. O pampa se

estende sempre para o sul, num movimento de braços que expandem e abraçam os irmãos de campanha uruguaia no retorno.

Nesta fronteira ‘para fora’, São Borja não é somente uma cidade fronteira; é também um ‘passo de fronteira’ e a menção ao passo de fronteira leva diretamente ao discurso sobre o ‘outro’.

O rio Uruguai passou a ser oficialmente fronteira entre o Brasil e a Argentina em 1927, o que não signifique não se reconhecesse com tal anteriormente. Que tipo de fronteira desenvolveu-se em torno do rio Uruguai? Como tem se transformado essa fronteira, ou ‘zona de fronteira’? Quem ela inclui e exclui? Que lugar reserva ao Paraguai esse passo de fronteira?

SOBRE ESTE TRABALHO

Colocadas as questões fundantes, passo a contextualizar e

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 43

elaborar este trabalho. Devo fazer duas advertências: Primeiramente, este trabalho não está fundamentado numa pesquisa específica elaborada para dar conta dessas questões; ele é fruto, como já mencionei, de observações das formas de expressão e atitudes das pessoas e de minhas leituras sobre o tema. Advirto também que, por trazer questões relativas às formas de viver e significar o espaço onde meus interlocutores vivem, as questões são sempre mais amplas do que as possíveis explicações que advirão. Portanto peço aos leitores que não procurem respostas certas, senão que incorporem esta leitura à temática como mais um elemento complexificante do debate, a fim de que a discussão possa fermentar e continuar.

Assim, este é um trabalho inicial sobre a fronteira oeste do Rio Grande do Sul, incluindo a região de Santo Tomé e Hormiguero na Argentina, pensado numa perspectiva hermenêutica e na tentativa de jogar alguma luz sobre a forma de entender //e viver a fronteira e sobre como recai sobre a população o ethos político hegemônico.

Tentarei olhar para a zona de fronteira a partir da cidade de São Borja. Me debruçarei sobre dois momentos que marcaram a vida são-borjense. São eles a construção da ponte da Integração, no ano de 1997 e a criação de um campus da UNIPAMPA, em 2006. Discorrerei sobre como essas presenças, não apenas evidenciam as perspectivas e prioridades políticas hegemônicas do momento, senão também apontam para universos diferenciados de possibilidades de reconstrução dos espaços fronteiros ou zonas de fronteira, e com isso a formas

diferentes de reconfiguração das paisagens geográfica e humana

RECONHECENDO A REGIÃO

Como já deve haver ficado claro, a cidade de São Borja fica na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, às margens do Rio Uruguai, o qual serve de limite entre os atuais territórios do Brasil e da Argentina. A Ponte da Integração, une -ou ao menos é isso que o discurso oficial prega- os dois países.

Atualmente, o primeiro assentamento urbano que encontramos ao atravessar a ponte fica uns 14 km ao norte da entrada em território argentino; é a cidade de Santo Tomé, com uma população de menos de 25.000 habitantes -23.299 segundo o censo de 2010-, capital do departamento homônimo na província de Corrientes. No caminho passa-se por Hormiguero, um lugar que fervia em atividade anteriormente à construção da ponte, segundo os relatos de todas as pessoas com as quais conversei. Como Hormiguero está quase frente ao porto de São Borja, era lá que todo o comércio acontecia. Contudo,

44 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

sua existência e importância é anterior ao auge do comércio formiga binacional. Hormiguero era

São Francisco de Borja, agora São Borja, e Santo Tomé compartilham um passado missionário e, muito anteriormente à constituição do Brasil e da Argentina enquanto estados nacionais, ambos assentamentos estavam mutuamente imbricados nos planos da Igreja Católica e dos reinos de Espanha e Portugal. Em 1863, bastante tempo depois de terminada a experiência jesuítica, Santo Tomé foi refundada a partir praticamente das cinzas - metafórica e literalmente, pois havia sido incendiada propositalmente anos antes. São Borja havia mantido alguma estabilidade enquanto assentamento, na categoria de vila desde 1833 e sendo elevada à de cidade em 1887.

Não entrarei nas questões da história local neste trabalho, apenas menciono esses fatos para dar uma ideia simples de que a pertença das cidades a dois estados nacionais é um elemento importante na configuração local mas não o único, às vezes sobrepondo-se, outras subjazendo a uma noção de região que abraça ambos locais.

Vale lembrar, entretanto, que São Borja e Santo Tomé são consideradas cidades gêmeas e que esta decisão é relativamente nova; ao menos oficialmente as duas cidades passaram a ser cidades gêmeas em 2014, segundo decisão unilateral do governo brasileiro:

Segundo o Ministério da Integração Nacional, serão considerados cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar a unificação da malha urbana com cidade do país vizinho. Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas com população inferior a 2 mil habitantes²⁰.

As imagens 1, 2 e 3 na sequência, retiradas do Google Earth mostram a localização de São Borja,, Hormiguero, Santo Tomé e da Ponte da Integração em relação um aos outros. Merece ter em mente que, desde a época das reduções jesuíticas até o presente, os papéis e a configuração de poder nessa relação tripartite tem se transformado várias vezes. SE hoje, Hormiguero, ou Puerto Hormiguero, ou San Juan de Hormiguero, é um apêndice de Santo Tomé abandonado e aparentemente sem importância, ele já jogou um papel bem mais ativo na vida da região.

20 <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/portaria-do-ministerio-da-integracao-define-conceito-de-cidades-gemeas>

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 45

Imagem 1 . São Borja, o rio Uruguai, a ponte e Hormiguero



Fonte: Google Earth

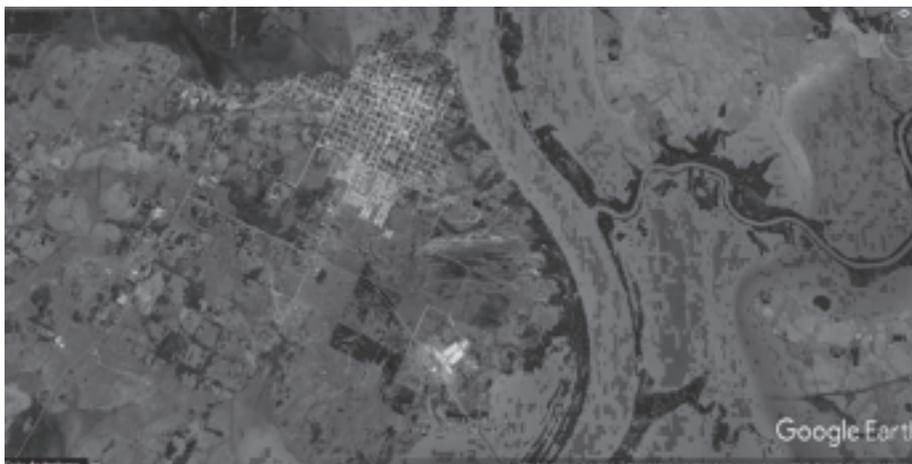


Imagem 2 A ponte, Hormiguero e Santo Tomé Fonte: Google Earth



Imagem 3 Hormiguero Fonte: Google Earth

46 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA SOBRE FRONTEIRA

Este trabalho é sobre uma região de fronteira, portanto vale a pena pensar a noção de fronteira. Três imagens, principalmente, vêm à mente quando pensamos o termo ‘fronteira’, no contexto dos estados nacionais. Primeiro, fronteira é o lugar de encontros concretizados, esperados ou imaginados entre dois estados. É o lugar onde supostamente termina um país e começa outro, mas a referência a ela também evoca, em princípio, algum tipo de troca ou a negação dela, ou seja, uma continuidade. Esses espaços são chamados também de ‘zonas de fronteira’

Conforme a definição da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF):

“Em linhas gerais, a zona de fronteira é composta pelas “faixas territoriais” de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional das interações transfronteiriças”²¹

Por outro lado, o termo fronteira também nos remete a ‘frente’, à cara que oferecemos ao vizinho, ao respeitar e se fazer respeitar. Ou seja, nessa acepção, a fronteira seria a primeira a sofrer as consequências de um ataque estrangeiro, por exemplo. Com muita frequência, e como é o caso de todos os países da América do Sul, as regiões fronteiriças se encontram espacialmente longe dos centros de poder, mas em função da necessidade de garantir a soberania sobre o território nacional, há uma forte presença do exército e das forças policiais. É por isso que nestas cidades tem-se a sensação de que o Estado somente chega na forma de repressão. O trecho a seguir expressa com bastante clareza essa problemática:

A preocupação com a segurança nacional e soberania territorial, de onde emana a criação de um território especial ao longo do limite internacional terrestre do País, embora legítima, não tem sido acompanhada de uma política pública sistemática que atenda às suas características. Dada baixa densidade demográfica, provocada em grande parte pela vocação “atlântica” do país, associada às grandes distâncias e as dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios, a Faixa de Fronteira experimentou um relativo isolamento que a colocou à margem das políticas de desenvolvimento. Como consequência, este processo tem contribuído para a formação de um cenário particular, marcado sobretudo, pelo desenvolvimento de uma identidade própria muito influenciada pelas comunidades vizinhas na fronteira.²²

21 <http://cdif.blogspot.com.br>

22 <https://anapsouzza.jusbrasil.com.br/artigos/325717812/faixa-de-fronteira>

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 47

Por último, a ‘fronteira’ é também aquela linha imaginária cuja existência e localização podem estar ancoradas em eventos da geografia ou não, mas perante a qual não permanecemos indiferentes; mais do que isso, a fronteira limite nos impele a que a incorporem enquanto experiência. Poderíamos nos remeter a muitos autores estruturalistas do

século XX ou até esmo a Durkheim para buscar possíveis explicações para esse fato, mas podemos por enquanto nos conformar com lembrar todas as fotos e filmes que fazemos com um pé em cada país, atravessando um passo fronteiriço ou numa praça junto a duas bandeiras nacionais.

Podemos complexificar um pouco mais se analisamos este trecho extraído de um texto de Leticia Almeida (2015)

A fronteira é do “domínio dos povos”, enquanto que o limite pertence ao “domínio da alta diplomacia” (MACHADO, 2000). Isso significa que se a fronteira surge como uma realidade espacial e social, com características próprias de lugares de contato, o limite está ligado a uma abstração política, um separador, uma criação feita através de acordos diplomáticos, no intuito de delimitar soberanias e jurisdições, neste caso, os limites do Estado Nação.

As palavras da autora acima citada podem ser complementadas, lembrando que, mesmo sendo o limite uma abstração alheia às experiências dos povos, elas são, de uma forma ou outra, pelos sujeitos apropriadas, questionadas e redimensionadas.

Cada uma dessas três formas de pensar o termo ‘fronteira’ tem um correspondente diferente na língua inglesa: a primeira é *border* ou *border zone*, a segunda é *frontier* e a terceira o termo *boundary*. No Brasil e nos países da América hispanofalante recorremos à contextualização, à teatralização e ao uso de diferentes tons de voz para nos referirmos a cada um delas. No Brasil, para nos referirmos à fronteira como zona de vivência, frequentemente fazemos referência ao uso do ‘portunhol’ ou à presença dos ‘irmãos’. Ao pensar a fronteira enquanto lugar afastado dos centros de poder usamos com frequência a expressão ‘lá na fronteira’ sendo ‘lá’ enfatizado e acompanhado de algum movimento com os braços. Já ao nos referirmos à linha, dizemos quase sempre ‘a fronteira enquanto limite’ ou ‘a linha de fronteira’.

ANTES E DEPOIS DA PONTE DA INTEGRAÇÃO

A ponte da integração que une São Borja e Santo Tomé foi inaugurada em dezembro de 1997, durante los governos de Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso, e tinha, como principal objetivo desafogar o tráfego de veículos de carga pesada na passagem Uruguaiiana - Passo

48 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

de los Libres, localizada aproximadamente 200 km rio abaixo. A ponte inaugura na América do Sul o sistema de Aduanas Unificadas (Imagem 4), localizada já em território argentino.



Imagem 4 (Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Hce4fbhK9-g>)

A entrada em cena da ponte modificou substancialmente a vida na região. Em primeiro lugar, devemos lembrar aquilo que é mencionado pelos habitantes de São Borja, especialmente aqueles moradores do bairro Passo, no entorno do que era o Porto de São Borja, como um ponto de inflexão marcante na vida da cidade e nas suas vidas. Com a construção da ponte, seu meio de subsistência, que era o comércio formiga de produtos argentinos e brasileiros, realizado sobre balças e lanchas que atravessavam o rio constantemente levando e trazendo compradores/vendedores acabou da noite para o dia. Esse evento é apontado uma e outra vez por pessoas que se dedicavam a essa atividade, por pessoas das classes menos favorecidas em geral e por pessoas mais jovens, talvez seus descendentes. Em um percurso de táxi pelo bairro Passo, Seu Gregório, o taxista, foi me apontando os lugares onde havia havido lojas que revendiam os produtos comprados “na Argentina”. “Já não tem mais nada. Foi muito ruim para São Borja, especialmente para esse bairro daqui. A ponte acabou com a vida do lado de cá e do outro lado também” Seu Gregório se referia a Puerto Hormiguero. Onde como já o mencionei e como mostra a imagem do capturada pelos satélites do Google Earth, não há atualmente nada, além dos restos de

um porto.

Puerto Hormiguero era o local em território argentino onde acontecia a maior parte desse comércio. Ficava quase frente ao que

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 49

ainda é chamado de Puerto de São Borja, embora a atividade portuária da cidade seja quase inexistente, e próximo à desembocadura da ponte no território argentino. Como mostra Alfredo Poenitz (1999) em sua pesquisa sobre a história das missões jesuítas, já na década de 1830 Puerto Hormiguero se constituía num centro de passagem de mercadorias brasileiras e paraguais, numa configuração de rotas comerciais que incluíam a São Borja e Itapúa, no Paraguai, e num contexto mais amplo de fornecimento de mercadorias, especialmente yerba, para as cidades de Buenos Aires e Montevideu. Vale lembrar que, à época, o rio Uruguai não oficiava ainda como limite entre dois estados nacionais, portanto, se no século XX o comércio formiga entre Puerto Hormiguero e São Borja entra na definição de ‘descaminho’, não é senão a continuidade de uma atividade entre povos a ambas margens do rio sobre a qual foi imposta. O comércio entre São Borja e o Puerto Hormiguero acontecia então em lanchas e pequenos barcos, até que, em 1946, foi instituído um sistema de balças pelo estado argentino. O sistema de ferrovias argentino também comunicava Puerto Hormiguero pela ferrovia do leste, que percorria de norte a sul o país. Também a cidade de São Borja estava no plano ferroviário do Rio Grande do Sul, que, até 1982, serviu como meio de transporte de passageiros. Hoje a ferrovia funciona escassamente no transporte de cargas, sendo administrada pela América Latina Logística (ALL) sob regime de concessão. A estação ferroviária ficou ocupada por uma família que se encarregou de preservá-la até que foi expulsa pelo governo da cidade²³.

Assim, com o fim do sistema de lanchas e a ponte ganhando espaço como forma única de passar de um lado ao outro do rio, muitas coisas mudaram. Na percepção das pessoas mais idosas, se perdeu o contato que havia entre as pessoas de Santo Tomé e as de São Borja. O comércio formiga propiciava intensa interação entre os habitantes de ambas as margens. É necessário levar em conta, para começar, que a ponte foi erguida num local pouco acessível às pessoas tanto de São Borja quanto de Santo Tomé, como podemos ver na imagem do Google Earth. Além disso, não é permitido atravessar a ponte a pé nem em bicicleta; só se pode chegar ao outro lado em veículo motorizado, mediante o pagamento de uma taxa e, logicamente, a apresentação de documentos reconhecidos pelos dois estados nacionais. Além do mais, durante vários anos não existiu transporte local entre ambas as cidades.

Em março de 2018, quando esta sendo escrito este trabalho, está também sendo recuperado o transporte interurbano ligando ambas cidades, das mãos da firma argentina *Rio Uruguay*, com sérias limitações de horários, já que somente funcionará no horário comercial.

23 http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_sborja/sborja.htm

e http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_sborja/rs_sborja.htm

50

CIÊNCIAS

SOCIAIS

-

CIÊNCIA

POLÍTICA



Imagem 5 (Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Hce4fbhK9-g>)

Ou seja, de um dia para o outro, o que era um percurso cotidiano de ir comprar para vender deixou de existir e passou a vigorar um conjunto de normativas que regulam a passagem de quem tem as condições necessárias para chegar ao outro lado do rio. Um número significativo de pessoas de ambos os lados viviam do uma atividade que deixou de existir também da noite para o dia. Muitas dessas pessoas eram oriundas ou moradores do bairro Passo, o bairro mais populoso da cidade, localizado em parte na beira do rio, nas proximidades do porto, onde era realizada a passagem. Muitas dessas pessoas continuaram a residir naquele território. Atualmente, integram uma parte do coletivo dos ribeirinhos, pessoas que habitam às margens do rio e que têm ganhado considerável visibilidade enquanto identidade social na cidade. As atividades mais comuns entre estas pessoas são a pesca e algumas formas de contrabando que marcam o histórico policial da cidade. Numa pesquisa etnográfica, a então estudante do curso de Ciências Sociais – Ciência Política da UNIPAMPA / São Borja Maria Marta Zinelli descreve, com luxo de detalhes, as redes sociais e parcerias econômicas que os pescadores ribeirinhos moradores da margem leste do Uruguai foram construindo local e extra localmente (Zinelli 2014).

Entretanto, para além das lutas e conquistas de uma parte desse

coletivo dos pescadores, poderia se dizer que a grande maioria das pessoas que habitam a margem do rio ou moram muito próximo a ela, no bairro Passo, são herdeiros diretos ou indiretos do cese de uma atividade econômica que era a base de seu sustento e de sua forma de habitar o espaço e criar laços sociais, e da imposição de regulamentações e normativas que, respondendo a um regime econômico e a uma visão de mundo que lhes são alheias e não as levam em conta, partiram ao meio o pequeno pedaço do mundo que habitavam. São a parte não integrada nem integrável de um mundo que hipocritamente diz perseguir a integração. Em que fronteira

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 51

moram essas pessoas? Talvez não seja essa a pergunta certa. Reformulo: quais as fronteiras que moram, recaem, pesam sobre essas pessoas? Não é o meu interesse aqui analisar consequências negativas e positivas da construção da ponte, mas sim vale ressaltar que, enquanto nos discursos hegemônicos a ponte está associada ao progresso, especialmente no que tange ao desenvolvimento da cidade de Santo Tomé, o comércio que chega à cidade de São Borja através da ponte da Integração se reduz ao transporte de veículos e peças para veículos (ver fonte). Se considerarmos que o maior porto seco da América do Sul continua estando em Uruguiana, alguns quilômetros rio abaixo, é de se perguntar quais os benefícios que ela trouxe à cidade. Devemos sim levar em conta que, tendo começado a ser concebida na década de 1940, a Ponte da Integração só foi concretizada em 1997, num momento em que o Mercosul despontava como bloco comercial, meramente comercial, num espírito de época marcado pelo surgimento dos blocos regionais centrados na livre circulação do capital e mercadorias. É por isso que a ponte promove uma integração que passa apenas tangencialmente as localidades onde se encontra. Ela nunca visou reforçar os laços entre São Borja e Santo Tomé, e poderia se dizer que nem entre o Brasil e a Argentina. Ela é a concretização de uma ideia neoliberal que faz a vista grossa às consequências de sua passagem pelos lugares que atravessa, pois seu objetivo é transportar bens.

Uma outra questão desponta relevante: São Borja é conhecida como ‘a terra dos presidentes’ e como o ‘berço do trabalhismo’. A escuta continua tem me proporcionado alguns elementos interessantes para o debate; um deles é que, mais do que um processo histórico que levou tanto à emergência de figuras importantes da política nacional na cidade quanto ao nascimento de uma das correntes políticas mais importantes do Brasil, a identificação como ‘terra dos presidentes’ ou ‘berço do trabalhismo’ brasileiro e o constante acionar desses discursos parecem-me

o resultado de uma ação política, ou melhor, de uma intenção política que, ao longo do século passado pretendia enterrar uma identidade missioneira. Suspeito, e apenas suspeito, que, se se permitia o florescimento de uma identidade missioneira dividindo o espaço ontológico do povo da região, isso iria no sentido contrário à consolidação dos dois estados nacionais em questão, pelo menos regionalmente. Isso não somente porque se trataria de uma identidade que se estende a ambos lados do rio fronteira, mas também porque uma identidade missioneira recuperaria os fundamentos indígenas da identidade brasileira que os governos de então esforçavam-se em apagar. Santana e Santos (2016) mostram como os governos brasileiros ao longo do século XX tem promovido políticas de branqueamento inspirados num ideal de modernidade, e que tais políticas não passam apenas pela cor da pele, mas pela forma como a é construída uma imagem da sociedade local. Nesse sentido, podemos afirmar que a noção de uma ‘terra dos presidentes’ e de ‘berço do trabalhismo brasileiro’ ambas positivas e propositivas, eram

52 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

muito mais afins com os ideais desenvolvimentistas da primeira metade do século XX do que uma identidade marcada por noções mais horizontais do mundo.

O dito acima me parece importante porque, embora se pense em São Borja como um lugar onde os discursos políticos estão a flor da pele e fazem parte da identidade local, tal identidade parece ter sido pautada de fora por um ethos político alheio à cidade, e assim continua a ser, ousado dizer. É por isso que, junto aos discursos sobre os prejuízos trazidos pela ponte, geralmente na boca de pessoas das classes menos favorecidas ou de moradores dos locais mais litorâneos convivem os discursos sobre desenvolvimento, capital e a importância da ponte para a cidade.

Uma noção, ao meu ver equivocada, sobre a ponte, diz respeito a um suposto controle sobre a fronteira; no entanto, esse controle parece se concentrar na ponte, esquecendo a amplitude da região. Com lembram Colvero, Pinto e Retamoso (2017):

“Desde a construção da ponte percebe-se uma preocupação com o aumento de fluxo de caminhões, não havendo nenhuma narrativa relacionada aos pequenos contrabandistas e comunidades de pescadores de fronteira”

A UNIPAMPA EM SÃO BORJA

A UNIPAMPA é uma universidade federal multicampi, criada em Janeiro de 2008, no âmbito do programa de expansão do ensino superior às regiões e populações menos favorecidas do Brasil, durante os governos do Partido dos Trabalhadores. Tem sua sede na cidade de Bagé e campi distribuídos ao longo da fronteira sul e oeste do RS.

O campus São Borja iniciou suas atividades em 2006, antes mesmo de a universidade ter sido oficialmente fundada, oferecendo os cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Serviço Social. Posteriormente foram criados os cursos de Relações Públicas, Ciências sociais – Ciência Política e de Licenciatura em Ciências Humanas, além de alguns cursos de pós graduação stricto e lato sensu.

O campus da UNIPAMPA em São Borja está localizado no bairro Passo, a poucos metros do rio Uruguai e atrás do edifício da Polícia Federal. Encravado no coração de um bairro popular, poderia se esperar que mantivesse uma grande interação com o bairro, mas, de fato, a maior parte dos alunos do campus não são residentes do entorno, e esse é um tema a ser explorado ainda.

De todas maneiras, a chegada de uma instituição universitária federal, pública e gratuita, está mudando aos poucos a vida e as expectativas dos são-borjenses. Voltando ao tema que nos ocupa, a UNIPAMPA, desde sua fundação, tem se caracterizado por tentar estabelecer vínculos

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 53

com as universidades circundantes, especialmente as universidades dos países limítrofes do Rio Grande do Sul. Mais precisamente, a UNIPAMPA leva adiante convênios de intercâmbio de estudantes com vários países de América hispana e africanos. Os programas Bramex e Bracol têm promovido o intercâmbio com estudantes brasileiros, mexicanos e colombianos, colocando a universidade no mapa acadêmico latino americano. Também tem havido convênios com a Universidad de la República, de Uruguai, com a Universidad Nacional de Misiones, em Posadas e com a Universidad Nacional de Córdoba.

Estão também em andamento editais abertos para o ingresso de estudantes fronteiriços, ou seja, para moradores das cidades gêmeas do outro lado da fronteira de cada uma das cidades brasileiras onde tem um campus da UNIPAMPA. Ou seja, o campus de São Borja abre vagas para estudantes residentes em Santo Tomé, o campus Itaqui para estudantes de Alvear e assim por diante.

Tem também havido convênios de intercâmbios de professores com a Universidad Nacional de Misiones na cidade de Posadas, localizada

aproximadamente a 170 km de São Borja e 156 de Santo Tomé e nessa mesma universidade argentina fazem curso de mestrado vários estudantes egressos dos cursos de graduação da UNIPAMPA.

Pensando o caso de São Borja, que nos ocupa, esse costurar as margens do rio Uruguai que envolve a UNIPAMPA e universidades argentinas em Santo Tomé e Posadas me faz pensar no conceito de transfronteirização;

Conjunto de processos de aproveitamento e valorização de uma fronteira, limite territorial que separa dois sistemas políticos, econômicos e/ou socioculturais. Os habitantes de ambos os lados transcendem a fronteira (imposta ou herdada) e a incorporam a suas estratégias de vida através de múltiplas modalidades. A transfronteirização ocorre numa largura geográfica de geometria variável, que depende do processo considerado (familiar, econômico, profissional, funcional (Diccionario del Pensamiento Alternativo pag 534) (Orig. em espanhol. Trad. minha)

Os comerciantes que atravessavam o rio em balças ou lanchas para comprar e vender produtos exerciam uma forma de transfronteirização, se apropriando da fronteira e redimensionando-a conforme o andamento de seus trabalhos e suas vidas. Assim, nesse criar e recriar, era uma fronteira viva. Podemos dizer que, de alguma forma, a chegada da UNIPAMPA a São Borja e suas práticas de criar vínculos com as universidades do outro lado do rio redimensionam a zona de fronteira, não somente ampliando sua abrangência, mas atraindo novos atores sociais e criando uma rede de trocas de conhecimentos, experiências e expectativas.

Como lembra Carneiro et al (2011), para analisar um suposto

54 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

cenário de transfronteirização é necessário que o consideremos enquanto uma zona geopolítica em construção. Nesse sentido podemos pensar nos diversos agentes políticos e econômicos que incidem atualmente sobre essa parte da faixa de fronteira e que visam a transformação de um espaço no que se denomina um território-rede.

Remetendo-me ao mesmo autor, ele nos fala de como o conceito de transfronteirização está associado à existência de fluxos e pessoas engajadas em atividades a ambos lados de uma fronteira, à valorização da fronteira enquanto limite territorial entre dois sistemas políticos e/ou culturais e a presença de atores políticos comprometidos com a transformação do espaço e a criação de uma zona de proximidade ou continuidade territorial (Carneiro, et al. 2011).

Nesse sentido, não podemos deixar de lembrar que a UNIPAMPA, como outras universidades e Institutos Federais criados durante os governos do Partido dos Trabalhadores, foram criadas em lugares específicos do território nacional visando o desenvolvimento local e a criação de vínculos com a América Latina, a África e a comunidade de países lusófonos. Sendo essa intenção de recriar seu lugar do Brasil no mundo uma das características primordiais dos governos que promoveram o surgimento destas universidades, não podemos deixar de pensar a região das fronteiras oeste e sul do Rio Grande do Sul como parte do trabalho de agentes políticos com uma visão ampliada do que é a região.

Nada disso coloca as ações nesse sentido direcionadas fora do âmbito das perspectivas e expectativas neoliberais. Contudo, enquanto que a criação da ponte -que chegado este ponto seria hipocrisia minha chamar “Ponte da Integração”- expurgou de seu próprio território aqueles que nada tinham a contribuir com o desenvolvimento capitalismo transnacional, a criação do campus São Borja, neste caso, reabriu as portas à atuação de agentes sociais com alguma capacidade e intenção de transformar aquele espaço num território de interação binacional e, especificamente, de produção acadêmica transnacional.

Em outras palavras, pensando em termos conceituais, iniciou-se um processo de ressemantização daquele território, transformando-o de uma fronteira no sentido ‘front’, abandonada pelo poder público e reconhecida por quem chega de fora por suas carências, numa ‘zona de fronteira’, onde a transformação visível abre uma janela à visualização de possíveis.

Poderia também se dizer que esse processo de criação de vínculos acadêmicos através da fronteira implica um reordenamento dos papéis, num jogo em que o Estado e a alta diplomacia são levados a dividir o espaço de atuação e de significação dos elementos da atividade cidadã e da governança com atores que agora não se contentam com tirar uma foto na linha de fronteira.

Entretanto, os entraves burocráticos continuam a dificultar o trânsito e a fluidez dos percursos acadêmicos na fronteira. Visas, praços

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 55

de permanência e até a permissão dos servidores públicos vinculados à UNIPAMPA para permanecer em território argentino durante o horário de trabalho, mesmo que estejam lá a trabalho, continuam a dificultar a realização de projetos aprovados pelo próprio Estado, em outras instâncias. A falta de fluidez das transações burocráticas não é compatível com a dinâmica dos processos que emergem das iniciativas

individuais e coletivas dentro das diversas instâncias estatais.

Entretanto, e para não dar espaço a exagerações do otimismo, devemos lembrar que as pessoas que foram afetadas direta e indiretamente pela construção da ponte ainda estão lá; se não eles, seus descendentes. Eles são os moradores do bairro Passo que não chegam à UNIPAMPA e que continuam acumulando fronteiras, vivendo sempre à margem, numa margem, sem alcançar a outra.

PARA DAR CONTINUIDADE

A ponte já foi construída e está Lá, servindo seus propósitos e alheia a seu entorno. Mas a UNIPAMPA é uma instituição nova e viva e é nela que devemos apostar. Para não-concluir, gostaria de ressaltar a importância de dar continuidade a essa política de ampliação das atividades acadêmicas em direção aos povos da América Latina. Se o leitor encontrou neste trabalho algum viés não tão ligeiramente politicamente orientado está no caminho certo. Não há como construir um Brasil somente para dentro nem olhando somente para os países supostamente desenvolvidos é necessário fazê-lo junto com os vizinhos, com quem temos coisas em comum, mesmo que seja uma mútua aversão momentânea. A escolha dos parceiros com quem estabelecemos vínculos é, sem dúvida, uma opção política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA Letícia, et ali. **Dois países, três estados:** a experiência dos palestinos nas fronteiras do sul do Brasil. In: **Conexões Culturais – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura** - V. 01, n. 02, ano 2015, p. 333-351

BIAGGINI, Hugo. **Diccionario del Pensamiento alternativo.** Editorial Biblios. México 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?>

CARNEIRO FILHO, George, UEBEL, **Roberto & RUCKERT,** Aldomar.

Transborderings in South America: Some Examples of Recent Researches. CIST2016 proceedings En quête de territoire(s)? *Looking for territories? Trabalho apresentado em congresso.* Disponível em:

<http://www.gis-cist.fr/wp-content/uploads/2016/05/CIST2016-proceedings-web.pdf>

COLVERO, Ronaldo; PINTO, Muriel & RETAMOSO, Alexandre. **Integração ou separação?** Uma reflexão sobre a governança territorial no Prata a partir da construção da Ponte da Integração São Borja – Brasil / Santo Tomé – Argentina. In: Revue franco

brésilienne de Géographie. / Revista franco brasileira de geografia. N 31. 2017

POENTZ, Alfredo. **La ocupación del espacio y la consolidación de las fronteras em la alta cuencia del Rio Uruguay (1801-1840)**. IN GADELHA, Maria Regina. **Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea**. São Paulo, Edusc. 1999.

SANTANA, Nara & SANTOS, Ricardo: **Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX**. IN *Revista de Estudos Sociais*. No. 58 • outubro-diciembre • Pp. 28-38 • Disponível em <http://www.scielo.org.co/pdf/res/n58/n58a03.pdf>

ZINELLI, Maria Marta. **A Associação de pescadores artesanais do Rio Uruguai**.

Do estudo de caso a uma pespetiva de economia alternativa para a fronteira nacional. São Borja. UNIPAMPA. TCC. 2014.

Sites Visitados

GOOGLE EARTH

<<https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>> GOOGLE

BOOKS <<https://books.google.com.br/books?>>

JUSBRASIL <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11778488/lei-n-6634-de-02-de-maio-de-1979>>

UNIPAMPA <<http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/cerimonia-de-abertura>

do-9o-siepe-promove-integracao-entre-brasileiros-e-uruguayos>

YOUTUBE

<<https://www.youtube.com/watch?v=Hce4fbhK9-g>>

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 57

CULTURA E IDEOLOGIA: A ditadura civil-militar e alguns de seus reflexos na democracia brasileira

Camila de Almeida Silva²⁴

A cultura do terror/7

O colonialismo visível te mutila sem disfarce: te proíbe de dizer, te proíbe de fazer, te proíbe de ser.

O colonialismo invisível, por sua vez, te convence de que a servidão é um destino, e a impotência, a tua natureza: te convence de que *não se pode dizer, não se pode fazer, não se pode ser*. (GALEANO, 2017, p. 157)

RESUMO: Este artigo, que trata dos reflexos da ditadura civil-militar na democracia brasileira, tem o objetivo de evidenciar a ideologia dominante no Brasil na década de

1960 e salientar que tal ideologia ainda está presente na cultura e na política do Brasil. Para cumprir tal objetivo, entende-se ideologia ou ideologias como organizadoras dos seres humanos, são como um terreno, em que os homens intervêm e adquirem consciência de sua situação no mundo, atuando sobre um povo no intuito de ordenar as vontades coletivas. A ditadura brasileira ainda pode e deve ser explorada, as relações com suas congêneres da América Latina ainda não foram descortinadas de forma satisfatória. As relações estabelecidas entre civis e militares no período e os reflexos para a cultura brasileira ainda precisam ser evidenciadas e nesse sentido este texto busca realizar essa tarefa.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Ideologia; Cultura política.

INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar brasileira que teve início a partir de um golpe de Estado, cuja sustentação ideológica esteve na Doutrina de Segurança Nacional, que “inaugurou a sucessão de regimes que se estabeleceram no Cone Sul da América Latina [*sic*]” (BAUER, 2006, p. 15). Nesse sentido, é correto considerarmos que estratégias de terrorismo²⁵ [de Estado] enquanto sistema repressivo davam conta de disseminar uma “cultura do medo” (BAUER, 2006, p. 29), que a partir do “exercício da coerção física e psicológica, utilizaram-se, de forma institucional e racionalizada, de práticas como sequestro, como forma de detenção; a tortura física e

24 Professora Substituta na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, campus São Borja. Atuando nos cursos de Licenciatura em Ciências Humanas e Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política. Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas, UFPel. E licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

25 A autora trata aqui do terrorismo perpetrado pelo Estado com o objetivo de disseminar incerteza, medo permanente e construir um clima de caos.

58 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

psicológica, como disseminadoras do medo” (BAUER, 2006, p. 16). Quando na década de 1960, com a renúncia de Jânio Quadros e o estabelecimento de uma crise diante de um golpe, formou-se uma frente conservadora com o objetivo de desestabilizar e descaracterizar o governo de João Goulart. Podemos encontrar um aprofundamento destas questões na obra de René Dreifuss, *1964: A conquista do Estado ação política, poder e golpe de classes*, que converge, portanto, em demonstrar fundamentalmente que a conspiração frente ao governo de Jango foi estabelecida com grande participação da sociedade civil.

Nesse sentido, este artigo pretende cumprir o objetivo de

evidenciar a ideologia dominante no Brasil durante a década de 1960 e os eventos que marcaram a ditadura civil-militar brasileira, e, por fim, destacar os elementos gestados durante o período e que ainda permanecem em nossa cultura e política.

Para cumprir tal objetivo, entende-se ideologia “não como utopia fria ou como uma simples doutrinação, mas como uma fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a vontade coletiva” (GRAMSCI, 2000, p. 13-14).

Em *A ideologia alemã* (1845),

“Marx refere que as ideias dominantes numa sociedade são as da classe dominante, isto é, a classe no poder difunde suas ideias, sua cultura, sua ideologia em toda a sociedade. No prefácio de 1859 à *Contribuição para a crítica da Economia Política*, Marx concluiu que são as relações de produção (isto é, a forma de propriedade dominante) as que determinam não só as instituições políticas e estatais, mas a própria maneira de pensar, a consciência. Porém o modo de produção (as relações de produção e sua ligação com as forças produtivas) é contraditório. Portanto essa contradição – por exemplo, no modo de produção capitalista, a contradição entre classe operária e capitalista – coloca em discussão não só a política econômica, as questões sindicais imediatas, mas também as políticas e a cultura das ideias da classe dominante.” (GRUPPI, 1980, p. 81)

Mas como se mantém coesa uma sociedade imersa nessas contradições? A coesão advém a partir de um “bloco histórico”, um conjunto de forças políticas e sociais. E como se mantém essa relação entre a estrutura econômica e o Estado, como é possível que o Estado e a sociedade civil obtenham a coesão e o consenso de forças políticas, econômicas e sociais antagônicas?

Esse “bloco histórico” obtém o consenso entre os operários e camponeses cujos interesses se opõem aos da sociedade capitalista, não só pela influência política – diz Gramsci – mas também pela ideologia. A ideologia é o que mantém coeso o bloco histórico, que solda entre si seus elementos,

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 59

que permite manter unidas classes sociais diferentes e com interesses até opostos, antagônicos. A ideologia é o grande cimento de todo bloco histórico, faz parte de sua edificação. Essa não é só ideológica, mas cultural também, em primeiro lugar é política, mas não pode ser separada do aspecto da ideologia e das ideias. (GRUPPI, 1980, p. 82)

O trabalho de garantir a manutenção de regimes ditatoriais ocorre a partir das relações permanentes entre sociedade civil e sociedade política. A sociedade civil atuando em um espaço privilegiado da luta de classe, onde ocorre uma intensa disputa pela hegemonia, responsáveis pelo “consenso “espontâneo”” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio” (GRAMSCI, 2014, p. 21). E a sociedade política ou Estado, possuidora da responsabilidade legal de assegurar “a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão de momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo” (GRAMSCI, 2014, p. 21).

Essas discussões surgem a partir de Gramsci, que nos auxilia a perceber que “tanto nos regimes democráticos, onde existe uma relação equilibrada entre coerção e consenso, até as mais rudimentares ditaduras, nenhum regime político foi capaz de sobreviver sem o estabelecimento de bases sociais e elementos de hegemonia” (MELLO, ano XIII, p.33). Nesse sentido, hegemonia é “construção de mundo” (BRANDÃO, 2007, p.5), ou seja, são os meios para a elaboração e/ou manutenção de determinada ideologia que historicamente encontram-se em disputa. O autor sugere também que todo movimento político, que pretenda ser hegemônico, que considere formar uma nova consciência deve estabelecer críticas as ideologias anteriores.

A DITADURA CIVIL-MILITAR, O APARATO REPRESSIVO E O POPULISMO

O Brasil durante o início do século XX passou por grandes transformações, “do início da década de 1930 ao final dos anos 50, transitou de uma economia agroexportadora, para a maior economia industrializada da América Latina” (MOREIRA, 2014, p. 15). Sob o comando de Getúlio Dornelles Vargas, que assumiu o poder a partir de um golpe, e que originalmente executou uma política de defesa e valorização do café, e passa progressivamente a estimular o processo de industrialização, nacionalizando a economia, investindo no setor de bens não duráveis e na criação de indústrias de base, esse processo é conhecido como Substituição de Importações.

60 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

Além disto, Vargas, pauta seu governo em inúmeras reformas,

entre elas uma reforma econômica, que visava à proteção da economia, em especial a indústria, com finalidade de garantir a intervenção estatal para modernizar o sistema econômico. Também implementou medidas de proteção ao trabalho, fortemente ligadas ao Estado, essas mudanças segundo Fonseca,

Não representaram nem uma imposição do estado à sociedade, posto que nesta foi gestado e enraizado socialmente ao longo de sua vigência, nem tampouco pretendia ocupar espaço da iniciativa privada ou suprimi-la, já que se tratava de um projeto de desenvolvimento capitalista. (FONSECA, 2009, p. 2)

Vargas progressivamente efetuou a substituição dos investimentos, que em maior parte estavam destinados ao setor cafeeiro, para promover a diversificação da produção agrícola e ampliação do setor industrial a fim de afastar-se da “perspectiva de estagnação” (PRADO, p. 218) e decadência em que vivia o Brasil do período. No entanto, para o progresso do novo modelo econômico, conforme Prado Júnior, era necessário, sobretudo, criar e ampliar o mercado interno, que no modelo anterior podemos considerar incipiente. Ou seja, desenvolver o “fator consumo” (PRADO, p. 218) a fim de garantir o crescimento populacional e a elevação do padrão de vida dos cidadãos.

A crise do modelo agroexportador, aguçada ainda mais durante o “quebra quebra de 1929” obriga o sistema econômico a refazer-se, a romper com a ideia de que o Brasil possuía vocação agrícola, ou seja, “deixar de ser um simples fornecedor do comércio e dos mercados internacionais, e tornar-se efetivamente o que deve ser uma economia nacional, a saber, um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos” (PRADO, p. 226).

Com o governo de Juscelino Kubitschek, há uma reorientação no desenvolvimento do sistema capitalista. Segundo analistas da época, as dificuldades que enfrentava o Brasil desde os anos de 1930 provinham do processo de substituição de importações não planejado. JK a partir do Plano de Metas pretendia consolidar tal processo, a fim de garantir o crescimento econômico, que só pôde ser estabelecido devido à forte presença de investimentos estrangeiros e empréstimos, acarretando a entrada de inúmeras multinacionais. Esse aumento no número de investimentos estrangeiros promoveu o surgimento de um novo tipo de burguesia, tornada dependente dos investimentos estatais, bem como, do capital multinacional e associado. Segundo Dockhorn,

A industrialização acelerada dos anos 50 provocou a

emergência de uma burguesia ligada às empresas de grande porte, dependente dos investimentos estatais e do capital

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 61

multinacional; os canais criados durante o governo de Juscelino Kubitschek propiciaram o desenvolvimento de uma política econômica visando a realização dos interesses dessa fração. Porém, o controle do poder político encontrava-se em outra fração da burguesia que ascendeu ainda no Estado Novo (setores tradicionais da oligarquia agrária, essencialmente nacionalistas, voltados para a agroexportação, vital na obtenção de divisas do exterior) ... Por outro lado, a nova burguesia tratou de reforçar e ampliar a sua força política, principalmente pela atuação de entidades civis. Com João Goulart na presidência, a acentuação da crise econômica e o acirramento da luta de classes, a possibilidade de uma ruptura no processo de crescimento econômico do país teve de ser freada. Esgotava-se assim o pacto populista. (DOCKHORN, 2002, p. 16)

Conforme o autor, o exercício do poder encontrava-se nas mãos da burguesia ligada a oligarquia tradicional, com característica essencialmente nacionalista e agroexportadora. Mesmo que, a classe burguesa ligada a investimentos de capital multinacional e associado terem atingindo predomínio entre os anos 1950 e 1960, não encontraram meios através dos mecanismos populistas de manter-se no poder.

Essa relação entre populismo e industrialização esteve presente desde os anos de 1930. Visto que populismo é uma teoria analítica ou um paradigma explicativo, que permite perceber com certa unidade os governos latino-americanos. Também podemos defini-lo como um conjunto analítico com um forte substrato teórico que funciona como “chave interpretativa da natureza de certos sistemas políticos latino americanos surgidos no pós-crise de 29 e extintos pela sequência de golpes civis militares” (DEMIER, 2012, p. 207).

O projeto populista garantiu os interesses da burguesia industrial, mas ela apenas não poderia sustentar e superar o antigo regime agroexportador, nesse sentido, foi essencial o “apoio de setores médios e parcelas sindicalizadas dos trabalhadores urbanos” (MATTOS, 2014, p. 15).

A grande inovação foi tornar possível a construção de uma hegemonia efetiva que, ao contrário da dominação exercida pelo Estado Oligárquico, não se sustentava exclusivamente através da coerção, mas viabilizou a produção de uma ideologia eficaz e a constituição de um conjunto de aparatos

O êxito do projeto populista esteve na sua capacidade de “hegemonizar vastas parcelas da pequena burguesia e do proletariado, obtendo seu apoio ativo para o projeto que visava colocar o Estado a serviço de uma política de industrialização”, ou seja, “converte vastos setores sociais em defensores de um projeto, uma ideologia que não

62 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

corresponde a seus interesses históricos de classe” (MATTOS, 2014, p. 15). Esse projeto ou pacto populista é essencial para compreender o período aqui destacado, o acirramento das lutas políticas e dos limites impostos pelo sistema tensiona a luta por direitos e estimula a intervenção civil militar.

João Goulart sem o apoio necessário no Congresso para aprovar as reformas que acreditava serem emergentes se aproxima da base política de seu partido, (movimentos populares e sindicatos). O governo buscava a partir dessa ação produzir pressão política para efetivar a aprovação das Reformas de Base, acarretando o aguçamento das greves e das mobilizações em prol da aprovação de tais reformas, defendendo também a democracia e a extensão dos direitos trabalhistas ao campo.

Em contrapartida, os conservadores como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), setores da igreja, entre outros, alguns financiados pelo capital internacional e pela embaixada dos Estados Unidos, passam a denunciar por diversos meios a “subversão” e a “comunização do país”, efetuando uma ampla campanha a fim de desestabilizar e desacreditar o governo de João Goulart.

A efervescência do período grande, e embora as medidas propostas pelo Executivo fossem compatíveis com o projeto populista, “eram politicamente explosivas, pois, liquidavam qualquer disposição da burguesia agrária em aceitar a direção política do bloco político constituído sob a direção da burguesia industrial” (MATTOS, 2014, p. 21). Nesse sentido, as muitas movimentações durante o período, embora caracterizassem um período de efervescência política e cultural não denotava necessariamente uma associação ao comunismo.

É importante destacar também que a ditadura civil-militar brasileira não pode ser entendida se afastada das suas congêneres na América Latina, elas fizeram parte de um longo processo que buscou implementar no continente uma ideologia interessada em “justificar e legitimar a perpetuação por meios não democráticos de um modelo

altamente explorador de desenvolvimento dependente” (ALVES, 2005, p. 27).

O início dos anos 60 na América Latina foram conturbados no sentido político: a Revolução Cubana de 59-60 deixou a marca do comunismo, marca esta que foi projetada para toda a América Latina e a partir dela um sentimento anticomunista. A intervenção dos Estados Unidos, a tensão presente nos regimes democráticos na América e a tensão internacional entre o comunismo e o “mundo livre”, “forneceu o álibi ideológico para os golpes militares” (COGGIOLA, 2001, p. 11).

No Brasil o bastião para a intervenção foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada na Escola Superior de Guerra (ESG), e tornada

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 63

lei com o decreto número 314/1968, seu principal objetivo, combater o inimigo interno.

A teoria da guerra total baseia-se na estratégia militar da guerra fria, que define a guerra moderna como total e absoluta. Em vista do imenso poder destrutivo das armas nucleares e do inevitável confronto das duas superpotências – os Estados Unidos e a União Soviética –, a teoria conclui que a guerra não mais se limita ao território dos países beligerantes ou a setores específicos da economia ou da população. (ALVES, 2005, p. 43).

Tendo como subsídio a DSN, o golpe civil-militar, e consecutivamente os 21 anos de regime tinham a missão de restaurar no Brasil e na América Latina a ordem econômica, política e social, para isso tomou medidas para findar os avanços do comunismo internacional e a matriz progressista dos governos instituídos democraticamente.

Conforme Maria Helena Moreira Alves (2005), com a crescente penetração do capital internacional, juntamente ao capital multinacional e nacional associado criou-se uma dependência no funcionamento deste tripé, visto que, para afastar-se do “perigo comunista” era vital a manutenção do desenvolvimento econômico.

No intuito de garantir o controle do Estado e a hegemonia do modelo capitalista na América Latina a DSN usou “um abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais” (ALVES, 1984, p. 54). O destino do Brasil foi traçado em virtude de sua extensa área e de sua grande influência nos países latino

americanos.

Em vista de sua posição estratégica, o continente latino americano está claramente comprometido com o campo dos Estados Unidos, permanecendo inevitavelmente em sua esfera de influência e controle. O poderio econômico do ‘Gigante do Norte’ anula a possibilidade de neutralidade para a América Latina; o *destino manifesto* impele os países latino-americanos a se juntarem aos Estados Unidos na defesa geral do Ocidente contra a ameaça de expansão comunista, representada pelas ambições imperialistas da União Soviética. [...] A superioridade do Brasil nesta parceria deriva de sua posição geográfica... (ALVES, 1984, p. 55-56)

O capital multinacional e associado, mesmo atingindo uma supremacia nos anos 50 e 60 não conseguiu inserir-se no poder através dos mecanismos “populistas”. Nesse sentido, foi necessário recorrer a meios extra constitucionais, visando à “conquista do Estado, isto é, buscar o exercício direto do poder nos altos cargos estatais, e não à influência indireta” (MORAES, 2012, p. 32).

64 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

OS INTELECTUAIS ENVOLVIDOS: AÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E IDEOLÓGICA

As proposições de Gramsci sobre a organização da sociedade e a sua noção de Estado Ampliado, que agrega o entendimento da sociedade política – historicamente justificada nas contradições da sociedade capitalista – ao conceito de sociedade civil, que vulgarmente são conhecidos como entidades privadas, como igrejas, escolas, partidos políticos etc., proporcionam um refinamento no entendimento do Estado e nas necessidades da luta de classe. Não basta ser classe dominante ou tomar o Estado para superar as contradições do sistema capitalista é preciso antes de tudo construir uma hegemonia.

E do mesmo modo, manter-se classe dominante exige esforços, o intuito é garantir que, pelo menos, parte da sociedade conceda o consentimento ao modelo proposto/efetivado pela classe dirigente. Durante a ditadura civil-militar o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi um dos responsáveis pela sustentação ideológica do regime. É nesse sentido que o conceito “ditadura civil-militar” se sustenta, visto que, como foi discutido acima, tanto em regimes democráticos quanto em regimes ditatoriais é preciso para manter-se classe dominante sustentar ou criar uma hegemonia.

Hegemonia não se limita apenas no convencimento e no domínio da opinião pública. Se trata, portanto, de um meio para a construção de uma ideologia, de disseminação de determinada cultura. A ação política realizada pelos intelectuais que integram o IPES “não apenas pretende satisfazer todas as necessidades de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente a sua área” (GRAMSCI, 2014, p. 195).

Dito de outra forma, hegemonia é a capacidade de uma classe dominante ou pretensa ao domínio, de construir o consenso e/ou consentimento, tornando-se classe dirigente e capaz de se encarregar da direção moral e intelectual de uma grande maioria.

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2000. p. 95)

Nesse sentido, hegemonia é “construção de mundo” (BRANDÃO, 2007. p. 5), são os meios para a elaboração e/ou manutenção de determinada

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 65

ideologia que historicamente encontram-se em disputa. Todo movimento político que pretenda ser hegemônico, que considere formar uma nova consciência, deve estabelecer críticas as ideologias anteriores.

Desse modo, tanto para Marx quanto para Gramsci, um tipo qualquer de associação que tomasse parte de alguma ação política consciente, de organização de “vontades coletivas”, dotada de um princípio político invocador de um projeto de sociedade, pode ser encarado como partido político (SANTOS, 2007, p. 30).

O que Gramsci propõe é algo como uma baliza metodológica, um meio para que o pesquisador perceba a capacidade do sistema privado de hegemonia (meios de comunicação, institutos, sistema educacional, religião) de realizar seu programa, de transpor um planejamento em ação política.

Desta forma, o partido é “um mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado”, é também “o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos”

(GRAMSCI, 2014, p. 24). Os intelectuais “são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 2014, p. 21). Eles se formam segundo processos históricos e em relação com o mundo produtivo, mediados pelo conjunto das superestruturas (ideologia, instituições, sistema de ideias), dos quais “os intelectuais são precisamente os funcionários” (GRAMSCI, 2014 p. 20).

Como qualquer organização, seu objetivo é “elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’ até transformá-lo em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade íntegra, civil e política” (GRAMSCI, 2014, p. 24).

A atuação direta dos membros do complexo IPES/IBAD é demonstrada na pesquisa do sociólogo René Dreifuss, tornando evidente que tal grupo estava “engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais modelando esses interesses para uma classe ‘para si’” (DREIFUSS, 1981, p. 281). Faz ver a existência de uma campanha cujo interesse era estabelecer consenso tanto intra, como extraclasse.

O LEGADO DA DITADURA CIVIL MILITAR PARA A CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA

O Brasil durante a ditadura civil-militar vivenciou o mais longo regime militar de sua história, de 31 de março ou 1 de abril de 1964 até a eleição indireta em 15 de janeiro de 1985 do presidente Tancredo Neves.

Os militares editaram e emendaram as constituições de 1967

66 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

e 1969 respectivamente, prevalecendo em ambas uma visão estatal (ZAUERUCHA, 2010).

A transição “lenta, segura e gradual”, negociada pelo presidente Geisel, pretendia o retorno à democracia. A Constituição de 1988 de acordo com Zaverucha de fato apresentou de forma bastante contundente a palavra “direito” em oposição a palavra “obrigações/deveres”. No entanto, de acordo com este mesmo autor, embora apresentando avanços, a nova Constituição não foi tratada de forma tão progressista no que consta as relações civis-militares (ZAUERUCHA, 2010).

Ainda na perspectiva da transição “lenta, segura e gradual”, o

retorno tutelado para a democracia precisava garantir a isenção dos militares nos crimes praticados em nome do regime. A Lei da Anistia promulgada em 28 de agosto de 1979 pelo então presidente João Figueiredo concede o perdão aos condenados por crimes políticos, mas também para os militares e aos colaboradores que operavam de forma ilegal em nome da manutenção da ditadura civil-militar.

A atuação de civis e de entidades na campanha pelas “Diretas Já” foi um grande avanço na participação política, mesmo em meio a avanços e retrocessos possibilitou que grupos civis se engajassem em torno de uma ideal comum, o retorno da democracia, que só viria com a promulgação de uma nova constituição e do restabelecimento do voto direto para presidente da República.

A problemática sobre a Constituição Brasileira de 1988 tem início com sua composição. Em 1986 ocorreram as eleições gerais, o conturbado período político permitiu a eleição de 22 governadores do PMDB, partido que fez também a maioria dos senadores eleitos. Havia grupos que defendiam a formação de uma Constituinte exclusiva, ou seja, formada por representantes eleitos para exclusivamente elaborar a nova Constituição. No entanto, a herança autoritária não foi questionada e se manteve o Congresso Constituinte, senadores e deputados federais já eleitos em 1986 somariam as suas funções a tarefa de elaborar a nova Constituinte.

Os militares vetaram uma Assembleia Nacional Constituinte como órgão responsável pela elaboração da nova Constituição. Receosos de perderem o controle das futuras decisões, somente aceitaram um Congresso Constituinte, composto pelos membros eleitos para o existente Congresso, conforme confidenciou o então senador Fernando Henrique Cardoso, em uma reunião pública. FHC, posteriormente, negou em nota escrita tal informação (ZAVERRUCHA, 2010, p. 44)

A manutenção do legado autoritário do Brasil é observada também no entendimento contido na relação entre as polícias e os militares. Não houve mudanças, principalmente quando civis “formalizaram as

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 67

prerrogativas constitucionais [...] e deram um verniz democrático aos amplos poderes dos militares. Em termos procedurais, o processo de redação da Constituição foi democrático. Contudo, a essência do resultado não foi liberal” (ZAVERRUCHA, 2010, p. 42).

Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a nova constituição, ela

consagrou-se como a mais avançada constituição do Brasil, descentralizou poderes, estabeleceu direitos sociais atendendo a muitas demandas presentes na sociedade, no entanto, “permaneceu praticamente idêntica à Constituição autoritária de 1967 e à sua emenda de 1969.[E] às cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, Polícias Militares estaduais, sistema judiciário militar e de segurança pública em geral” (ZAVERRUCHA, 2010, p. 45).

Em vista da importância da manutenção dos poderes militares, as Forças Armadas temendo perder tais poderes “nomearam 13 oficiais superiores para fazerem lobby pelos interesses militares ante os constituintes. Este lobby era muito bem organizado, chegando a levar os congressistas para visitas às instalações militares em todo o país”(ZAVERRUCHA, 2010, p. 45).

As amarras da Constituição Brasileira de 1988 podem ser percebidas também, quando analisando alguns dos artigos do documento. Alguns artigos pecam no seu conteúdo, seus artigos são constitucionais, no entanto “o artifício é manter a formalidade da democracia, mas retirando seu conteúdo liberal” (ZAVERRUCHA, 2010, p. 48).

O exemplo disso é o artigo 142, que afirma que as Forças Armadas “são instituições nacionais permanentes e regulares, [...] sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 118). Mas a pergunta colocada é, “como é possível se submeter e garantir algo simultaneamente?” (ZAVERRUCHA, 2010, p. 48). Como é possível que simultaneamente as Forças Armadas se submetam ao Presidente da República e garantam o correto funcionamento dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Segundo Zaverucha, “em uma democracia, o poder não é deferido a quem tem força, mas ao contrário, a força é colocada ao serviço do poder” (2010, p. 45). No Brasil, parece ter ocorrido o contrário, entregou-se o poder há aqueles mais tentados a tencionar os limites da democracia.

Destaca-se ainda o fato de que o conceito de ordem não está preestabelecido, ele está carregado de subjetividade e de valores ideológicos, podendo assim tornar-se o bastião para defesa da “ordem para o mercado”, “ordem para o capital” ou “ordem para donos dos meios de produção”. A Constituição Brasileira não define os critérios que constituem uma violação da lei ou da ordem, deixando aberto para as próprias Forças Armadas essa definição, com critérios subjetivos e com forte carga ideológica.

Esse artigo é apenas um exemplo que demonstra parte da natureza da Constituição Brasileira, que embora supere todas as anteriores no detalhamento e principalmente no caráter da cidadania, manteve suas amarras com as Forças Armadas, não por acaso gestadas durante a ditadura civil-militar e efetivadas na abertura “lenta, segura e gradual” e também na formação da Assembleia Constituinte.

O artigo 142 da Constituição brasileira permite as Forças Armadas suspender a ordem estabelecida sempre prestar contas a nenhum órgão superior, nesse sentido, os militares podem golpear a democracia amparados pelos elementos constitucionais (ZAVERRUCHA, 2010).

O problema que se apresenta ao pesquisador é o fato de que ainda não se denunciou suficientemente a ditadura e nem se explorou na totalidade as relações estabelecidas entre civis e militares. Isso não se deve ao desconhecimento do passado, enumeras pesquisas têm descortinado tais eventos, mas é preciso lembrar como aposta George Orwel “quem controla o passado controla o futuro” (ORWEL, 1984), talvez aos pesquisadores das Ciências Humanas caiba se colocar como fiel da balança, visto que o passado é o elemento principal, é substrato para a construção historiográfica,

“é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo.” (HOBSBAWM, 2006, p. 17)

O desafio é o cuidado de si e a busca da cientificidade do conhecimento produzido, apegos aos métodos, técnicas e o compromisso com a produção ética. Descortinar o passado do Brasil e da América é um trabalho em permanente construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964-1984). 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

BRANDÃO, Nágela Aparecida; DIAS, Edmundo Fernandes. **Trabalho & Educação** – vol.16, n° 2 – jul / dez – 2007.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado. Ação Política. Poder e Golpe de Classe.** Petrópolis, Vozes, 1981.

DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. **Revista Mundos do Trabalho**, vol 4, n.8, julho-dezembro de 2012. p. 204-229. p. 207

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 69

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços.** Porto Alegre: L&PM, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Os intelectuais e o princípio educativo. Jornalismo. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Notas sobre Estado e Política. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel.** As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. L&PM. Porto Alegre, 1980.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró; VEJA, Rúben. **Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal.** 1ª ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELLO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Revista Espaço Plural.** Ano, XIII, nº27, p. 39-53.

MORAES, Thiago Aguiar de. **Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado**?: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971).229 f. Dissertações (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2012.

SANTOS, Igor Gomes. A “eficiência real”?: apontamentos de Gramsci para uma história/concepção dos partidos políticos. **5º Colóquio Internacional Marx e Engels.** Novembro, 2007. Disponível em:http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt2/sessao2/Igor_Santos.pdf

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. *In.* TELES, Edson; SAFATLE Vladimir (Orgs.), **O que resta da ditadura.** São Paulo: Boitempo, 2010.

70 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

ASPECTOS CULTURAIS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: Uma análise a partir da literatura da área e de pesquisa empírica

Gerson de Lima Oliveira²⁶

RESUMO: Historicamente na literatura sociológica sobre ações coletivas e movimentos

sociais, os aspectos culturais costumavam ser secundarizados em detrimento de abordagens que davam primazia aos fatores materiais de sustentação das mobilizações sociais ou aos elementos meramente “psíquicos” que reduziam o processo de engajamento a um comportamentalismo restrito à ação e reação. Neste capítulo, nosso objetivo é apresentar como os aspectos culturais das mobilizações sociais passam a ganhar centralidade na literatura sociológica de movimentos sociais realizando 1) uma apresentação do debate no âmbito desta literatura e; 2) a discussão destes elementos a partir dos resultados de uma pesquisa empírica realizada por este autor. Por fim, concluímos demonstrando o quanto a abordagem dos aspectos culturais possibilita uma compreensão mais complexa e menos mecanicista dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Cultura; Movimentos Sociais; Ação Coletiva; Mobilização.

INTRODUÇÃO

As abordagens sociológicas clássicas sobre os movimentos sociais²⁷ tendiam a considerar os fatores culturais como algo secundário no processo de mobilização social. As primeiras delas – mais alinhadas ao funcionalismo – tendiam a caracterizar os movimentos sociais como uma espécie de “histeria coletiva” nas quais eram utilizados aspectos psicologizantes das massas que destacavam uma suposta irracionalidade no comportamento coletivo, aqui caracterizado como de “bando”. Os funcionalistas empregavam uma abordagem claramente pessimista das ações coletivas de movimentos sociais por considerar as destabilizações do sistema social a manifestação de certo grau de anomia da sociedade (GOHN, 2011). Por outro lado, a vertente teórica que rivalizava com o funcionalismo estava alinhada à perspectiva marxista das mobilizações sociais e vê nestas um catalisador das transformações sociais, cuja principal deficiência era a compreensão um tanto quanto automática da formação dos movimentos sociais: as contradições sistêmicas acarretariam em situações de tensão nas quais as classes sociais em confronto tendem a

26 Professor de Sociologia do curso de Licenciatura em Ciências Humanas e Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política, pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja. Pesquisa sobre movimentos sociais, mobilização e processos de engajamento no âmbito da Sociologia. Contato: gerson.oliveira@unipampa.edu.br.

27 Neste texto movimentos sociais são compreendidos genericamente como “redes formais e informais de atores (organizações, grupos e indivíduos) engajadas em conflitos em torno de interesses materiais ou simbólicos, baseadas em identidades compartilhadas” (DIANI, 2000:389).

econômico. O que sabemos a partir de todo o acúmulo de produção investigativa na área dos movimentos sociais é que tal condição pode ser considerada no máximo uma tendência em certos contextos, mas que este automatismo universaliza um determinado padrão de movimento social que não se comporta desta forma devido a uma série de fatores, dentre eles, muitas vezes, os aspectos culturais que nesta abordagem são praticamente desconsiderados, como se as ações coletivas funcionassem apenas sob efeitos de ação e reação.

Na metade do século XX, teorias como a da Mobilização de Recursos (MR) ganham espaço a partir da concepção de que era necessário avançar em relação ao diagnóstico do que possibilitava a formação dos movimentos sociais para como eles se sustentavam ao longo do tempo. Neste sentido, contribuições acerca da sociologia das organizações são incorporadas na compreensão de como os movimentos sociais viabilizam suas ações espacial e temporalmente. Como aprofundamento da Teoria da Mobilização de Recursos, surge a Teoria da Mobilização Política (MP) cuja ênfase não se dá somente na compreensão de como os movimentos sociais se sustentam por si mesmos, mas como as influências do contexto político podem abrir ou restringir oportunidades para a formação de movimentos sociais (ALONSO, 2009).

A partir da década de 1970, com o advento da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e do aprimoramento da MP que resultou na Teoria do Processo Político (TPP), a dimensão cultural²⁸ passa a ganhar centralidade na compreensão de como movimentos sociais articulam discursivamente suas demandas, como diagnosticam e significam problemas sociais, da mesma forma como apresentam soluções aos mesmo e se colocam como alternativa. Com a compreensão dos aspectos da cultura como um dos fatores centrais das ações coletivas, questões como a performance de ação passam a ser tão valorizadas como as estratégias de ação mais pragmáticas, tentando romper com a hegemonia da consideração das questões materiais da ação coletiva em relação às simbólicas.

A consideração de tais aspectos passou a permitir uma compreensão mais complexa dos movimentos sociais, de maneira a romper com certos automatismos ou generalizações que caracterizavam importantes correntes desta literatura. Para Daniel Cefaï (2009) a principal contribuição das abordagens contemporâneas em relação aos paradigmas clássicos dos

28 Para Jasper (2016:25), o conceito de cultura é compreendido no âmbito da sociologia dos movimentos sociais como “pensamentos, sentimentos e princípios morais comuns,

juntamente com as representações físicas que criamos para expressá-los ou moldá-los. É por meio de processos culturais – desde cantar e ler até se juntar a uma passeata pelas ruas – que damos significado ao mundo, que compreendemos a nós mesmos e os outros. A cultura permeia as ações dos manifestantes, assim como as de todos os outros atores com os quais eles interagem, tal como juízes, policiais, parlamentares, repórteres e outros. Precisamos entender ambos os lados – ou os muitos lados – de um conflito.”

72 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

estudos sobre mobilização e movimentos sociais é romper com o legado do utilitarismo que trata os indivíduos como demasiadamente calculistas, como se o que estivesse em jogo no processo de mobilização social fosse tão somente o cálculo racional baseado na maximização de possíveis ganhos:

Os atores não são mais apenas marionetes movidas por condições objetivas às quais obedecem, não são mais somente pequenos demiurgos que calculam, em termos de rentabilidade ou de produtividade. Eles são confrontados a mundos, dos quais provam a realidade e a justiça em relação a suas maneiras de se engajar, são submetidos a coerções ecológicas fortes, mesmo dispondo de uma margem de manobra que lhes confere alguma liberdade. E, sobretudo, dispõem de uma *capacidade de julgamento estético, moral e político* (CEFAÏ, 2009:15).

Ou seja, a tentativa de equilíbrio na consideração dos fatores simbólicos, da mesma forma como as questões materiais que envolvem os movimentos sociais são historicamente valorizadas, nos permite compreender a ocorrência (ou não) de mobilizações sociais levando em conta as especificidades culturais de uma determinada situação, assim como as oportunidades e limitações impostas pelo contexto social, político, econômico, material e etc. A dimensão cultural de compreensão dos movimentos sociais permite, justamente, entender como estes identificam problemas sociais e significam os mesmos apresentando críticas e possíveis soluções a tais problemas.

Isto implica tornar uma demanda política aceitável e relevante, articulando sentidos e significados que buscam fazer das reivindicações algo inteligível e legítimo à esfera pública, ou seja, convincente no sentido de conquistar a simpatia ou a adesão de indivíduos e grupos alheios ao movimento, mas que podem tornar-se simpatizantes da causa, apoiá-lo abertamente ou até mesmo converterem-se em militantes. Sob diversas perspectivas teóricas e epistemológicas, vasta literatura das ciências sociais busca explicar de que maneira elementos discursivos são mobilizados de forma a garantir coerência e legitimidade às ideias e representações construídas pelos grupos sociais. No âmbito da sociologia, os estudos em

torno da construção de enquadramentos interpretativos têm sido um dos principais suportes teórico-metodológicos mobilizados para a explicação de como agentes organizados em movimentos sociais compartilham ideias e objetivos comuns que sustentam sua mobilização.

A noção de quadro interpretativo (ou moldura interpretativa – *interpretative frame*) é extraída originalmente da obra de Erving Goffman (1974) e, posteriormente introduzida nas discussões acerca dos movimentos sociais. Goffman desenvolve o conceito tendo em vista explicar como os indivíduos constroem significados que os permitem organizar suas experiências de vida expressas nas interações quotidianas. Preocupado em

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 73

esmiuçar os elementos constituintes nas relações face a face, Goffman as disseca numa série de fatores que vão desde a emissão, recepção e compreensão de informações em uma conversa informal, à representação de papéis sociais cuja reprodução estaria ancorada em um nível mínimo de expectativa criada entre os interlocutores em relação à conduta do outro. Neste sentido, Goffman define o conceito de *interpretative frame* como “princípios de organização que governam eventos (...) e nosso envolvimento subjetivo neles” (GOFFMAN, 1986).

A utilização do conceito de enquadramento interpretativo na análise dos movimentos sociais é introduzida por Snow (1986) e Benford (1997) e, posteriormente, passa a ser utilizada por outros autores deste campo de estudos. O objetivo seria a operacionalização do conceito de Goffman a níveis mais abrangentes que aquele das interações face a face. Neste caso, utilizá-lo na compreensão de como indivíduos organizados em movimentos sociais constroem significados, justificativas e motivações para suas ações. De acordo com Benford e Snow (2000), o conceito de quadro interpretativo aplicado ao estudo das ações coletivas serve para a compreensão de três dimensões centrais: [1] a como os agentes diagnosticam (e constroem) determinado problema social; [2] como propõem soluções viáveis a este problema; e [3] como fomentam o engajamento. Desta forma, os autores definem o conceito de enquadramento interpretativo da ação coletiva como elementos que “inspiram e legitimam atividades e campanhas de um movimento social” (BENFORD; SNOW, 2000).

As três dimensões citadas acima abarcariam outros três níveis: o discursivo, o estratégico e o contencioso. O nível discursivo tenta dar conta de como os atores elaboram e compartilham significados entre si, criando uma base mínima de identificação mútua na qual se engajam. O elemento discursivo é também aquele a partir do qual os atores elaboram

de forma lógica seus sentidos de justiça, ligando seus significados compartilhados a uma razão para engajar-se. Nestes dois primeiros níveis, a influência da cultura é crucial. No nível estratégico, os indivíduos organizados elaboram sua forma de ação com vistas a atingir seus objetivos, que por sua vez pode produzir o nível contencioso, aquele no qual organizados os agentes desencadeiam ações em prol de suas reivindicações e contra seus opositores. Note-se que Benford e Snow calcam sua análise dos marcos interpretativos nos seus elementos “racionais/estratégicos”, não dando tanta ênfase aos elementos simbólicos mais ligados ao papel das emoções no processo de engajamento e sustentação da ação coletiva. Algo que posteriormente foi complementado por trabalhos como os de Jasper, Goodwin e Polletta (2001) que problematizam a artificialidade da separação entre razão e emoção, comumente empregada nas ciências sociais como legado de seus autores clássicos cujos paradigmas datam dos séculos XVIII e XIX.

Com o objetivo de construir uma visão mais holística da influência

74 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

da cultura no processo de mobilização social, Jasper (2016) incorpora a influência das emoções como aspecto analítico dos movimentos sociais, dimensão historicamente relegada um segundo plano - ou até mesmo ignorada – diante da sobrevalorização da racionalidade estratégica dos movimentos sociais:

Um aspecto da cultura consiste nas muitas emoções que dão às compreensões cognitivas o poder de atrair a atenção ou motivar a ação. Os sentimentos estão presentes em todos os estágios e aspectos do protesto, da mesma forma que em toda vida humana. Antes consideradas uma fonte de irracionalidade, as emoções também podem nos ajudar a tomar decisões e perseguir nossos objetivos. A indignação, emoção que combina a raiva com o ultraje moral, é o cerne do protesto, o primeiro sinal de que sentimos haver no mundo algo errado que precisa ser consertado. Também nos dá a energia para tentar consertá-lo (JASPER, 2016:14-5).

Podemos perceber que a incorporação de aspectos culturais para a compreensão dos movimentos sociais corresponde a um processo recente e que aos poucos tem avançado no sentido de romper com algumas dicotomias clássicas que impossibilitavam leituras mais complexas de como e por que as pessoas se mobilizam em torno de ações coletivas e movimentos sociais. O conceito de enquadramento interpretativo, por sua vez, nos permite identificar quais elementos de significação dos problemas e dos conflitos estão presentes dentro de

uma determinada cultura, assim como elementos do repertório de ação e da performance utilizada pelos movimentos sociais. O entendimento de que as questões materiais estão intimamente ligadas às questões simbólicas e que não há uma sobreposição entre estes fatores, nos possibilita uma análise mais complexa dos movimentos sociais. Na seção seguinte veremos como os aspectos culturais e simbólicos figuram a partir de uma pesquisa empírica realizada por este autor.

ASPECTOS CULTURAIS DA AÇÃO COLETIVA A PARTIR DO CASO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Em pesquisa de doutorado realizada entre os anos de 2011 e 2016 dediquei-me a explorar o processo de mudança de escala²⁹ da mobilização

29 O conceito de mudança de escala carrega consigo a ideia de que a organização e mobilização de alguns movimentos sociais passa por transformações materiais e simbólicas ao longo do tempo. Esta forma de encarar o problema de pesquisa dialoga com os pressupostos da Teoria do Processo Político (TPP), cujas principais referências aqui mencionadas são Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam em uma obra conjunta intitulada *Dynamics of Contention*(2001).

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 75

e organização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Por mudança de escala se compreende transformações ocasionadas pelo desencadeamento de uma série de mecanismos que possibilitam a um movimento social expandir-se tanto em termos materiais, quanto simbólicos, isto é, no alcance e difusão de suas demandas e reivindicações. Na pesquisa em questão foram abordadas duas dimensões da mudança de escala: a expansão organizativa do movimento e o que chamamos de amplificação simbólica. Para contemplação dos objetivos deste texto, nos dedicaremos à segunda dimensão, pois é nela que os elementos culturais do movimento social estão manifestados (OLIVEIRA, 2016).

A organização articulada das populações atingidas por barragens no Brasil inicia-se na bacia do Rio Uruguai - na região próxima à divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - em meados da década de 1970 e se expande a partir da formalização de organizações como a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), na primeira metade dos anos 80 e que, em 1991, dá origem ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que passa então a estar articulado em todas as regiões do país e que sustenta, até os dias de hoje, a posição

de um dos maiores movimentos sociais brasileiros. As principais reivindicações dos atingidos por barragens são a conquista de direitos e a transformação do modelo energético, já que se tratam de populações afetadas diretamente pela construção de barragens, seja por desalojamento compulsório (seus locais de residência são inundados pela construção de barragens), seja quando estas impactam direta ou indiretamente seus locais ou meios de vida, afetando o meio-ambiente ou qualquer outro tipo de dano material e simbólico que implique na impossibilidade de manutenção de seus modos de vida. Os atingidos por barragens geralmente correspondem a parcelas da população como pequenos agricultores, indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos e populações urbanas localizadas próximas a áreas afetadas pelas barragens.

A pesquisa que serve de base para nossa reflexão foi efetuada através da realização de trabalho de campo (entrevistas e observações) e de pesquisa documental. O principal objetivo da utilização destes métodos consistiu na identificação dos mecanismos que explicam o processo de mudança de escala na mobilização e organização dos atingidos por barragens na bacia do Rio Uruguai. Para tanto, primou-se pela observação simples e pela observação participante em eventos e atividades de protesto realizadas pelo MAB. A observação e participação em seminários, congressos e protestos se deu nas cidades de Porto Alegre, Florianópolis e São Paulo e as entrevistas e demais observações foram realizadas nas regiões do Alto Uruguai (Erechim/RS), do Contestado (Campos Novos e Celso Ramos/ SC) e do Oeste Catarinense (Chapecó, Águas do Chapecó, São Carlos e Itapiranga). Foram realizadas entrevistas com atingidos, dirigentes do MAB, profissionais colaboradores do movimento e pesquisadores que

76 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

estudam o caso dos atingidos por barragens. A pesquisa documental foi realizada a partir de material de divulgação, jornais, estudos, dados levantados e material multimídia produzidos pelo MAB; revistas, relatórios, livros, teses e dissertações disponibilizadas em universidades e bibliotecas públicas de cidades atingidas ou que são polo migratório de atingidos (Erechim/RS, Chapecó/SC, Campos Novos/SC e Tubarão/SC); além de pesquisa realizada na biblioteca da Eletrosul em Florianópolis. A análise de materiais produzidos pelos atingidos primou pela comparação entre enquadramentos, demandas manifestadas e posicionamentos políticos ao longo do tempo.

Por amplificação simbólica denominamos o mecanismo pelo qual os atores envolvidos em disputas sociais logram difundir suas

reivindicações e relacioná-las a outras bandeiras políticas semelhantes ou mais abrangentes que suas demandas particulares. O caso do MAB é bastante emblemático neste sentido, pois se trata de um movimento social que no princípio de sua organização reivindicava questões pontuais referentes aos danos causados aos atingidos causados pela construção de barragens. Com o passar do tempo, com o crescimento e especialização do movimento, este passa a questionar o próprio modelo energético em si, assim como as implicações da produção energética em um sistema capitalista que tende a privilegiar os interesses de grandes empresas transnacionais produtoras de energia ou construtoras de barragens em detrimento dos direitos das populações atingidas. Na abrangência da pesquisa realizada, operacionalizamos a amplificação simbólica com o objetivo de compreender e identificar como movimentos sociais ampliam e expandem suas bandeiras políticas relacionando-as a questões que transcendem suas demandas mais específicas. O caso dos atingidos por barragens - sobretudo através do MAB - expressa um exemplo bastante característico neste sentido.

Portanto, a amplificação simbólica diz respeito, basicamente, à maneira como os atingidos relacionam o problema social que os afeta a processos mais abrangentes/sistêmicos. Neste sentido, analisar como se dá a amplificação simbólica no âmbito da mobilização dos atingidos por barragens significa explorar os mecanismos acionados que possibilitam relacionar um problema específico – o desterro e demais prejuízos ocasionados pela construção de barragens – com processos relacionados às políticas de desenvolvimento e ao próprio funcionamento do capitalismo, por exemplo.

Dentre os mecanismos que compõem a amplificação simbólica e que pudemos identificar a partir da pesquisa empírica, caracterizamos resumidamente o *enquadramento* como a identificação de elementos, processos ou fenômenos sociais e a capacidade de atribuir sentido a eles; a *justificação* como a capacidade de atribuir sentido a um determinado problema/processo/fenômeno a partir de determinadas gramáticas

CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA 77

que buscam conferir legitimidade, reconhecimento e justiça a uma determinada demanda; a *performance* como capacidade/habilidade de se articular ações públicas coordenadas que abrangem o universo simbólico de um determinado grupo ou movimento social expressando sentimentos, identidades e intencionalidades compartilhadas coletivamente; e a *difusão* que corresponde à capacidade de um determinado grupo ou movimento fazer ecoar publicamente suas reivindicações.

Todos estes mecanismos estão diretamente ligados a questões culturais pois implicam na construção de significados para problemas sociais existentes, da mesma forma como propõem transformações em certos sentidos compartilhados socialmente. Um exemplo é a crítica à ideia de “desenvolvimento” socialmente difundida em nossa sociedade. Há um senso comum de que a construção de barragens e a aposta em um modelo energético baseado em energia “limpa”, como seria o caso dos recursos hídricos, promoveria o desenvolvimento econômico do país. Entretanto, os atingidos por barragens ingressam na arena pública de debate problematizando o sentido do conceito de desenvolvimento socialmente difundido apresentando os efeitos negativos que determinada concepção de desenvolvimento implicam em seus modos de vida.

A trajetória de expansão do MAB se dá justamente desta forma: ao passo em que o movimento cresce materialmente, aumentando seu raio territorial de atuação e mobilizando-se em todas as regiões do país, seus elementos discursivos também se transformam. E isto ocorre a partir da capacidade de articulação das reivindicações mais particulares do movimento com demandas e debates relacionados a temas estruturais. Os mecanismos apresentados acima e identificados através da pesquisa de campo nos demonstraram que amplificação simbólica se dá a partir da disputa de sentidos, significados e sensos de (in)justiça contra os opositores do movimento. Isto se dá justamente através da problematização de ideias como “desenvolvimento”, “energia limpa” ou de que os impactos sobre os atingidos seriam “efeitos residuais” inevitáveis ou um preço a ser pago por um modelo de desenvolvimento que ao fim e o cabo seria supostamente benéfico e socialmente necessário. A partir do manuseio de certos elementos culturais fixados em ideias socialmente difundidas, o MAB disputa estes significados com seus opositores possibilitando a mudança de escala do movimento tanto em termos materiais, quanto simbólicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliando o processo de mudança de escala do MAB, pudemos concluir que este possibilitou aos atingidos por barragens ampliar consideravelmente seu grau de atuação e influência tendo em vista

78 CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA

a resolução dos problemas que os fazem atingidos. Estes problemas estão muito longe de serem resolvidos, entretanto, a consolidação de um

ator coletivo possibilitou aos atingidos uma forma expressiva de empoderamento para, pelo menos, resistir aos impactos com maior potência. Todavia, a mudança de escala não se consuma sem provocar tensões na organização coletiva. Isto significa que há um preço a ser pago pela mudança de escala e este se manifesta na complexificação das relações internas e externas do movimento.

A ênfase que demos à amplificação simbólica teve por objetivo evidenciar a conjunção de elementos culturais e estratégicos que nos possibilitam questionar a clássica dicotomia entre emotividade e racionalidade no campo das ciências (sociais), especialmente em relação à sociologia dos movimentos sociais. A análise dos elementos simbólicos e culturais envolvidos no processo de engajamento pode ser chave da compreensão de como militantes de movimentos sociais – a partir de suas experiências - ligam suas demandas específicas a grandes transformações sociais.

O que as pesquisas citadas neste capítulo demonstram é que o papel do caráter emotivo na construção dos sentidos da condição militante é uma dimensão importante nos processos de escolha e motivação para que as pessoas se mobilizem e permaneçam engajadas em lutas que dão sentido a suas vidas. Inventariar os elementos simbólicos presentes no desencadeamento da mobilização é importante também para entendermos como os agentes relacionam a carga emotiva de sua experiência envolvida no processo de engajamento com a elaboração de sentidos de justiça coletivamente construídos. Explorar tais elementos é útil para entendermos como os indivíduos transformam uma multiplicidade de indignações individuais acerca de um problema social (a construção de barragens, por exemplo) em mobilização coletiva que relaciona uma série de sentidos de justiça (e injustiça) com lutas concretas por transformações estruturais.

A compreensão de como a contestação de determinadas ideias em determinados contextos só é possível quando estamos atentos aos sentidos mobilizados pelos atores e contra quais outros sentidos eles se colocam contra e propõem novos significados. Isto só é possível quando consideramos os elementos culturais da ação coletiva, portanto, aos sentidos e significados que estão sendo disputados em um contexto específico. Abordagens calcadas somente nos elementos materiais da mobilização ou que propõem algum tipo de explicação universalista para a formação de movimentos sociais tendem a não compreender esta dimensão e, neste caso, a correr sérios riscos de reduzir o complexo processo de mobilização social a uma série de procedimentos prévios que só podem ser operacionalizados artificialmente.

Assim sendo, o intuito da produção deste texto foi o de contribuir

acerca de um modelo explicativo que se some no âmbito da sociologia dos movimentos sociais na explicação de como as mobilizações sociais podem, primeiramente, sustentar-se e, logo, ampliar-se e difundir-se. Portanto, apresentando um tipo de abordagem que rompa com algumas dicotomias como “material X simbólico” e “racional X emotivo”. O caso dos atingidos por barragens demonstrou-se frutífero, a partir do qual pudemos discutir uma série de questões teóricas e empíricas cujo objetivo foi contribuir com avanço da sociologia dos movimentos sociais na complexificação de suas abordagens contra velhas dicotomias reducionistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** *Lua Nova*, São Paulo, n.76, 2009.

BENFORD, Robert. **An insider's critique of the social movement framing perspective.** *Sociological inquiry*, v.67, p. 409-430, 1997.

_____ ; SNOW, David. **A framim process and social movements: an overview and assessment.** *Annual Review of Sociology* n.26, p.611-639, 2000.

CEFAÏ, Daniel. **Como nos mobilizamos?** A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

DIANI, M. **Social Movement Networks Virtual and Real.** *Information, Communication and Society* 33(3):386-401, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: an essay on the organization of experience.** Northeastern University Press, Boston, 1986.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 9ª edição, Edições Loyola, São Paulo, 2011.

JASPER, James; GOODWIN, Jeff; POLLETTA, Francesca. **Passionate politics.** University of Chicago Press, Chicago, 2001

_____. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais.** 1ª edição, Zahar, Rio de Janeiro, 2016.

McADAM, Doug, TARROW, Sidney, TILLY, Charles. **Dynamics of Contention** Cambridge University Press, New York, 2001.

OLIVEIRA, Gerson de L.O. **A mudança de escala na mobilização dos atingidos por barragens.** Tese de Doutorado. UFRGS, Porto Alegre, 2016.

SNOW, David A.; ROCHFORD JR., E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D. **Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement**

CULTURA POLÍTICA E IDENTIDADE RELIGIOSA: aportes sociológicos sobre a inserção evangélica na política³⁰

Rafael Bruno Gonçalves³¹

Resumo: O objetivo do presente texto é apresentar, a partir de um enfoque sociológico, as interfaces entre religião e política, mais precisamente a presença do segmento evangélico na Câmara dos Deputados. Discorre também sobre as metamorfoses das identidades religiosas diante da permanência nos espaços políticos de atuação, como esses processos acarretaram mudanças, sobretudo da retórica empregada e como esses aspectos fazem parte da cultura política brasileira. Este trabalho, a partir de uma análise bibliográfica como técnica e fonte de coleta de dados, pretende apresentar um panorama sobre esta inserção, aplicando alguns elementos teóricos provenientes do pensamento de Max Weber para elucidar o fenômeno da participação neopentecostal na política. O artigo termina comentando que os religiosos, para se consolidar no âmbito legislativo, acabaram forjando um novo perfil de atuação parlamentar, onde as identidades religiosas procuram obedecer aos diferentes aspectos do jogo político, adotando táticas eleitorais, estratégias de convencimento e uma retórica em consonância com o discurso político nos espaços públicos.

Palavras-chave: Identidades Religiosas; Política; Evangélicos; Discurso.

INTRODUÇÃO

O envolvimento dos evangélicos na política ganhou notoriedade nos estudos acadêmicos nas últimas décadas. Acompanhando o crescimento das igrejas no Brasil, sobretudo as neopentecostais, o quadro atual de pesquisas voltadas para este tema evidenciou um aumento significativo, principalmente nas análises direcionadas para a compreensão das mudanças da identidade religiosa que ocorreram em torno da inserção na esfera política, onde os evangélicos passaram a adquirir maior visibilidade em outros espaços públicos, saindo da esfera do privado. Fé e política, em algumas circunstâncias, tornam-se sinônimos. Uma das razões utilizadas pelos evangélicos para justificar a atuação na política, principalmente as neopentecostais, é a preocupação em dar respostas concretas para as demandas do seu público.

Buscando atender as novas necessidades que as denominações religiosas apresentam no interior das suas comunidades, podemos verificar

30 O texto é uma versão adaptada de parte da minha tese, intitulada “*O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014)*”. Tese (Doutorado em Sociologia), IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2016.

31 Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Professor do Curso de Ciências Humanas (Licenciatura) da UNIPAMPA, Campus São Borja. Atualmente pesquisa sobre as conexões entre religião e discurso político. Contato: rafaelgoncalves@unipampa.edu.br.